

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

66

jan/mar 2021



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa
Bruno Ricardo Pena de Sousa
Cornélio Farias Pimentel
Hailton José Fortes
Haroldo Maia Junior
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Serviços, Comércio Varejista, Turismo

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues, Cícero Hérciles Lima Moreira, Dario Lourenço Marques, Gustavo Luna de Melo Jorge, Igor Rufino Campelo, José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes, Mário Paz Barreto Neto, Mikaelle Uchoa Cavalcante, Nicolas Andrade de Oliveira Silva, Vicente Aníbal Da Silva Neto e Victor Gabriel dos Santos Teixeira, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Mateus Pereira de Almeida

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai
José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste – Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica.....	4
2 Produção Agropecuária.....	7
3 Produção Industrial	12
4 Setor de Serviços	20
5 Varejo	23
6 Turismo	26
7 Mercado de Trabalho	30
8 Comércio Exterior	37
9 Finanças Públicas	45
10 Intermediação Financeira	50
11 Índices de Preços	54
12 Cesta Básica	57

1 Atividade Econômica

1 NÍVEL DE ATIVIDADE

1.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou o primeiro trimestre de 2021 com avanço de 1,0%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando o volume de R\$ 2,04 trilhões. O resultado positivo, em grande medida, é reflexo das medidas sanitárias menos restritivas, que repercutiram positivamente na elevação do nível de atividade econômica.

Após três anos de evolução positiva na atividade econômica, quando entre 2017 e 2019 registrou crescimento acumulado de 4,6%, os efeitos da pandemia de Covid-19, que foram sentidos em quase todos os setores, colocaram a atividade econômica em dificuldades, com repercussões na produção, no consumo e na renda em 2020. Para 2021, fundamentado nas expectativas e nos números observados do 1º trimestre, espera-se que a economia volte a tracionar, sobretudo pela vacinação da população.

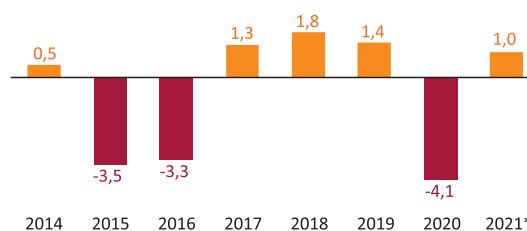
Pela ótica da oferta, no 1º trimestre de 2021, a agropecuária e a indústria apresentaram avanços de 5,2% e 3,0%, respectivamente, enquanto que o setor de Serviços recuou 0,8%, quando comparado com o mesmo trimestre de 2020.

No setor de Serviços, aquele de maior peso no PIB, registrou performance negativa em função da retração das atividades: Outras atividades de serviços (-7,3%), influenciada pelo declínio de serviços presenciais, e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-4,4%). As altas em Informação e comunicação (+5,5%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+5,1%), Atividades Imobiliárias (+3,9%), Comércio (+3,5%) e Transporte, armazenagem e correio (+1,3%), não foram suficientes para este setor apresentar número positivo.

O crescimento de 5,2% da Agropecuária no trimestre, em grande medida, decorreu do desempenho positivo de alguns produtos da lavoura com safra relevante, como soja, fumo e arroz, e pela produtividade, visível na estimativa de variação da quantidade produzida vis-à-vis a área plantada.

Na indústria, que subiu 3,0% no 1º trimestre, vale destacar a Indústria de Transformação, que cresceu 5,6%, em grande medida, pela fabricação de máquinas e equipamentos; produtos de metal; produtos de minerais não metálicos; e metalurgia.

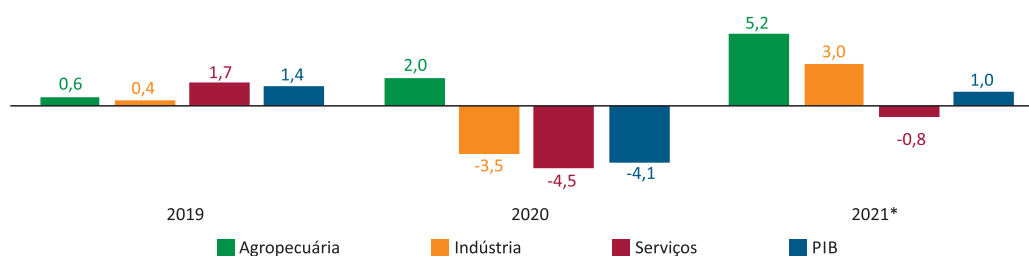
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021*



Fonte: IBGE(2021). Elaboração: Etene (2021).

*2021 se refere ao 1º Trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Oferta - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021*

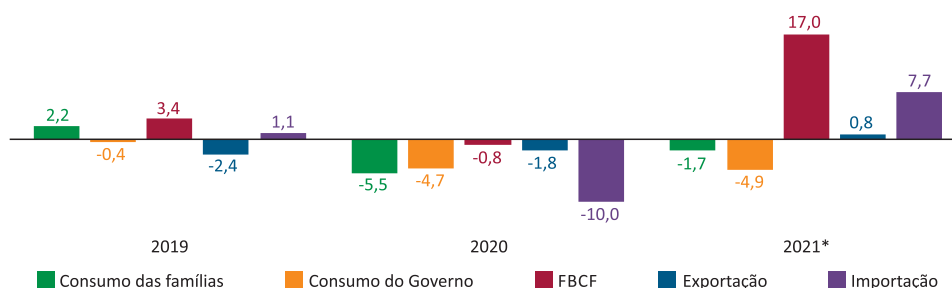


Fonte: IBGE(2021). Elaboração: Etene (2021).

*2021 se refere ao 1º Trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

O PIB, pela ótica da demanda, segundo o IBGE, o destaque positivo ficou para a Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 17% no 1º trimestre, influenciado pelo aumento da produção interna de máquinas e equipamentos e pelo crescimento do desenvolvimento de softwares. Em outra perspectiva, o Consumo do Governo apresentou queda no trimestre 4,9%, que pode ser explicado, em parte, pelos gastos menores para o funcionamento da máquina pública. No setor externo, importações e exportações, apresentaram crescimento de 0,8% e 7,7%, respectivamente, comportamento similar com o observado em nível global.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Demanda - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: Etene (2021).

*2021 se refere ao 1º Trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxy* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

Neste sentido, a economia do Nordeste, medida pelo índice de atividade IBCR-NE publicado pelo Banco Central, no 1º trimestre de 2021, registrou ligeira queda de 0,2%, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2016 a 2021*.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,0	-4,0	1,5
Nordeste	-4,7	0,6	1,4	0,6	-2,0	-0,2
Bahia	-5,7	-0,5	1,9	-0,1	-3,0	-2,2
Ceará	-3,6	0,9	2,0	2,4	-2,0	-0,4
Pernambuco	-4,2	0,5	1,3	1,1	0,3	2,6
Sudeste	-3,5	0,1	1,3	1,7	-1,2	2,1
Espírito Santo	-8,2	1,0	3,3	-2,8	-4,3	2,4
Minas Gerais	-2,7	-0,2	1,1	-0,1	-0,4	3,0

Fonte: IBGE e Bacen (2021). Elaboração: Etene(2021).

Nota: Na construção do indicador regional (IBCR) se restringe ao valor adicionado, enquanto no indicador nacional (IBC-Br) se considera o valor adicionado e se incorpora os impostos.

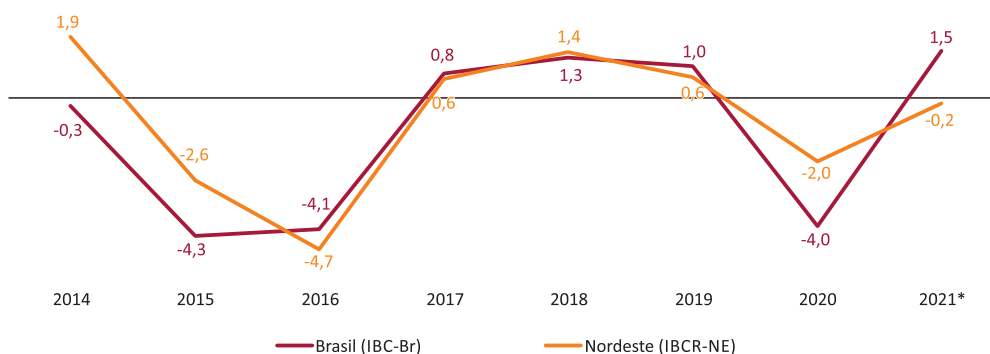
*2021 se refere ao 1º Trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Entre os estados do Nordeste pesquisados pelo Banco Central, apenas Pernambuco (+2,6%) não registrou retração no primeiro trimestre de 2021, enquanto que Bahia (-2,2%) e Ceará (-0,4%), que figuram como 1ª e 3ª economias da Região, respectivamente, foram afetadas pela queda da dinâmica econômica. Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram avanços na atividade econômica, na ordem de 3,0% e 2,4%, respectivamente.

Os efeitos negativos da pandemia, sem dúvidas, impactaram a atividade econômica sensivelmente, entretanto, no Brasil, pelo indicador de atividade do Banco Central, o 1º trimestre já é possível observar números positivos da economia. No Nordeste, apesar do ligeiro recuo de 0,2, observa-se claramente, tendência de recuperação da atividade econômica regional, conforme pode ser visualizado no gráfico 4

Espera-se que a vacinação avance mais intensamente no restante de 2021, de forma que a economia deva apresentar dinâmica de crescimento ainda mais pujante, reflexo da elevação positiva dos níveis de confiança dos empresários e famílias, além do relaxamento das medidas de restrição adotadas de combate à Covid-19.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021*



Fonte: Bacen (2021). Elaboração: Etene (2021).

*2021 1º Trimestre comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acesso em: 06 de agosto de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil> Acesso em: 06 de Agosto de 2021

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Mesmo diante de um cenário de incertezas e os efeitos econômicos trazidos pela pandemia do novo Coronavírus, a agricultura brasileira vem mostrando bons resultados. Tanto as safras, as produtividades, ganhos com os avanços tecnológicos, quanto no comércio dos produtos agrícolas, têm sido surpreendentemente favoráveis para o setor.

Relativo ao levantamento da safra agrícola para 2021 realizado pelo IBGE, a safra nacional de grãos deverá alcançar 264,8 milhões de toneladas, variação 4,2% superior à observada em 2020, de 254,0 milhões de toneladas (Tabela 1). Melhores condições climáticas nas principais regiões produtoras, com chuvas nos períodos adequados, melhores condições de colheitas, uso intensivo de tecnologia e maior área colhida favoreceram para estes resultados. Para este último item, a expectativa é que haja um aumento de 3,5% na área colhida de grãos em 2020, totalizando 67,7 milhões de hectares.

A Região Nordeste, apesar de representar apenas 8,9% da safra nacional de grãos em 2020, deverá apresentar desempenho favorável, com incremento de 3,3% no total de grãos produzidos, alcançando 23,3 milhões de toneladas, o que permitirá praticamente a mesma participação na produção nacional em 2021. As demais regiões deverão apresentar os seguintes resultados em suas safras de grãos: Sul (+13,8%), Sudeste (+3,5%), Norte (+1,4%), Centro-Oeste (-0,9%). O Centro-Oeste, mesmo com variação negativa de sua produção, continuará concentrando a maior parcela de produção de grãos, nacionalmente, com 120,6 milhões de toneladas (45,5%).

Quanto aos estados da Região Nordeste, todos deverão apresentar ganhos na produção de grãos, com variações positivas para Paraíba (+30,8%), Alagoas (+24,4%), Piauí (+10,7%), Sergipe (+7,5%) e Maranhão (+7,3%). Dentre os grandes produtores de grãos regionais, a Bahia, com 42,9% da produção regional de grãos, deverá manter a mesma produção, com 10,0 milhões de toneladas, com variação negativa de apenas 0,5% ante a safra passada; Maranhão (24,9%), como segundo maior produtor regional de grãos, deverá alcançar 5,8 milhões de toneladas, com crescimento de 7,3% frente à safra de 2020; Piauí, com 10,7% de incremento e produção de 5,4 milhões de toneladas, deverá participar como o terceiro maior produtor regional. Juntos, estes três estados representarão 91,1% da produção regional de grãos na safra de 2021.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (Em ton.) – 2020 2021

País / Região / Estados	Safra 2020		Safra 2021		Var. (%) 2021/2020
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	10.989.311	4,3	11.139.842	4,2	1,4
Nordeste	22.587.556	8,9	23.337.289	8,8	3,3
Maranhão	5.421.321	24,0	5.815.976	24,9	7,3
Piauí	4.907.108	21,7	5.431.871	23,3	10,7
Ceará	784.142	3,5	609.261	2,6	-22,3
Rio Grande do Norte	58.257	0,3	51.324	0,2	-11,9
Paraíba	118.844	0,5	155.480	0,7	30,8
Pernambuco	251.224	1,1	186.568	0,8	-25,7
Alagoas	99.577	0,4	123.855	0,5	24,4
Sergipe	883.838	3,9	949.917	4,1	7,5
Bahia	10.063.245	44,6	10.013.036	42,9	-0,5
Sudeste	25.732.891	10,1	26.634.644	10,1	3,5
Sul	73.029.839	28,7	83.108.917	31,4	13,8
Centro-Oeste	121.744.873	47,9	120.643.172	45,5	-0,9
Brasil	254.084.470	100,0	264.863.864	100,0	4,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2021 as produções de soja (131,8 milhões de toneladas), milho (103,0 milhões de toneladas) e arroz (11,0 milhões de toneladas). Estas três culturas representarão 92,9% do total produzido de grãos no País. As culturas de soja (+8,5%) e arroz (+0,2%) deverão apresentar incrementos de produção, enquanto o milho terá decréscimo em sua produção, de -0,2%. As culturas de trigo (+17,9%), feijão (+4,8%) e sorgo (+3,1) também deverão se destacar com significativos incrementos de produção em 2021.

Além da produção de grãos, cabem ainda destacar no levantamento do IBGE os cultivos de uva (+18,7%), banana (+3,7%), fumo (+3,0%) e laranja (+0,8%), as quais apresentarão bom desempenho nesta safra. Por outro lado, as culturas do café (-23,9%), batata (-18,7%), castanha-de-caju (-18,2%), cacau (-2,7%), mandioca (-1,7%), cana-de-açúcar (-1,4%) e tomate (-0,7%) deverão apresentar declínios na safra de 2021.

Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste (Em toneladas) – 2020 e 2021

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE/BR Safra 2021
	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	
Cereais e oleaginosas ⁽¹⁾	254.084.470	264.863.864	4,2	22.587.556	23.337.289	3,3	8,8
Algodão herbáceo	7.089.939	5.891.775	-16,9	1.651.597	1.367.334	-17,2	23,2
Amendoim	691.369	636.375	-8,0	12.479	12.756	2,2	2,0
Arroz	11.046.184	11.069.917	0,2	333.440	349.054	4,7	3,2
Feijão	2.887.695	3.027.074	4,8	663.703	609.874	-8,1	20,1
Mamona	36.626	33.531	-8,5	36.330	33.198	-8,6	99,0
Milho	103.235.064	103.036.046	-0,2	8.723.840	8.804.658	0,9	8,5
Soja	121.522.363	131.830.476	8,5	11.581.628	12.539.780	8,3	9,5
Sorgo	2.748.747	2.834.880	3,1	211.662	135.895	-35,8	4,8
Trigo	6.159.544	7.263.868	17,9	17.000	18.000	5,9	0,2
Banana	6.718.160	6.966.309	3,7	2.300.477	2.378.987	3,4	34,1
Batata	3.679.979	2.992.918	-18,7	200.144	208.453	4,2	7,0
Cacau	280.661	273.064	-2,7	118.018	110.018	-6,8	40,3
Café	3.724.967	2.836.540	-23,9	246.700	201.682	-18,2	7,1
Cana-de-açúcar	677.916.429	668.747.323	-1,4	52.217.415	50.682.018	-2,9	7,6
Castanha-de-caju	138.763	113.525	-18,2	137.916	112.718	-18,3	99,3
Fumo	695.601	716.744	3,0	30.035	28.203	-6,1	3,9
Laranja	15.745.940	15.878.793	0,8	1.157.501	1.258.351	8,7	7,9
Mandioca	18.955.430	18.632.293	-1,7	3.971.369	3.779.332	-4,8	20,3
Tomate	3.956.559	3.928.480	-0,7	496.721	432.555	-12,9	11,0
Uva	1.416.398	1.680.596	18,7	387.662	443.364	14,4	26,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

No Nordeste, na produção de grãos, destacam-se o crescimento nas seguintes culturas: soja (+8,3%), trigo (+5,9%), arroz (+4,7%), amendoim (+2,2%) e milho (+0,9%). Enquanto as culturas de sorgo (-35,8%), algodão (-17,2%), mamona (-8,6%) e feijão (-8,1%) deverão apresentar declínio de produção entre os grãos na safra de 2021.

Quanto aos demais produtos agrícolas não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, uva (+14,4%), laranja (+8,7%), batata (+4,2%) e banana (+3,4%) apresentarão crescimento substancial em suas produções. Enquanto que castanha-de-caju (-18,3%), café (-18,2%), tomate (-12,9%), cacau (-6,8%), fumo (-6,1%), mandioca (-4,8%) e cana-de-açúcar (-2,9%) terão desempenhos negativos para a safra regional de 2021.

Quando se destacam as culturas por estados da Região Nordeste, percebe-se que a Bahia, além de grande produtora de grãos (42,9%), produz regionalmente todo o cacau (100,0%) e o trigo (100,0%) e, praticamente toda a produção de batata-inglesa (99,9%), café (99,7%) e mamona (99,4%). Destacam-se, ainda, nas produções de algodão (87,9%), sorgo (70,2%), laranja (58,4%), soja (52,1%) e tomate (51,7%).

Dos produtos agrícolas cultivados na Bahia, laranja (+16,0%), banana (+10,4%), castanha-de-caju (+10,2%), uva (+8,9%), soja (+7,6%) e mandioca (+7,1%) deverão apresentar significativo crescimento na produção da safra 2021. Em proporções menores, trigo (+5,9%), cana-de-açúcar (+5,8%), batata (+4,1%) e amendoim (+1,0%) também apresentarão resultados positivos. Enquanto, fumo (-23,8%), sorgo (-34,8%), feijão (-31,3%), algodão (18,5%), café (+18,3%) deverão apresentar os maiores resultados negativos, em 2021.

No Maranhão, segundo maior produtor regional de grãos, os cultivos de arroz (44,7%), milho (26,9%), soja (25,3%), sorgo (16,7%) e mandioca (10,4%) se destacam na participação da produção regional, em 2021. Das principais culturas, milho (+13,0%), sorgo (+12,1%), algodão (+8,2%) e soja (+3,8%) deverão apresentar bom desempenho no Estado. Já os cultivos de laranja (-27,7%), tomate (-12,0%) e amendoim (-3,5%) tendem a apresentar as maiores quedas para esta safra.

O Piauí se destaca na produção regional do arroz (30,8%), milho (26,8%), soja (22,6%), castanha-de-caju (22,6%), feijão (16,7%) e mandioca (12,0%). A produção de feijão deverá apresentar o melhor desempenho estadual, com acréscimo de 22,2%, seguido pelo cultivo de uva (+20,0%), soja (+15,6%), castanha-de-caju (+10,0%), milho (+7,2%), tomate (+3,8%), arroz (+3,5%), mandioca (+2,7%) e banana (+2,2%). Quanto aos cultivos que apresentaram quebra de safra, sorgo (-71,1%), algodão (-31,2%) e cana-de-açúcar (-6,7%) deverão reduzir suas produções.

O Estado de Pernambuco, apesar de possuir pequena representatividade na produção de grãos, se destaca no cultivo da produção regional de frutas, em especial uva (88,1%) e banana (18,2%). Produz, ainda, 26,7% da cana-de-açúcar do Nordeste, com peso importante na cadeia industrial do setor sucroalcooleiro regional. Quanto às variações entre 2020 e 2021, a produção de café deverá apresentar forte crescimento (+69,5%), seguido do sorgo (+48,3%), algodão (+23,8%), uva (+15,3%) e feijão (2,3%); enquanto café (-74,9%), mamona (-46,4%), castanha-de-caju (+37,8%), milho (-37,3%), mandioca (-23,9%), arroz (-16,6%) e tomate (-10,8%) deverão apresentar reduções significativas na produção da safra de 2021.

O Ceará se apresenta como destaque na participação da produção regional de castanha-de-caju (52,9%), tomate (30,3%), feijão (19,3%), banana (17,3%) e mandioca (12,1%). Os desempenhos esperados deverão ter recuo na produção em todas as lavouras listadas pelo IBGE na safra de 2021, com maiores declínios nos cultivos de sorgo (-43,0%), algodão (-41,7%), mamona (-33,3%), castanha-de-caju (-30,0%), mandioca (-28,7%), milho (-26,0%), amendoim (-25,8%) e tomate (-25,3%), frente à safra anterior.

Os demais estados possuem representações significativas na produção regional: fumo, em Alagoas (72,8%); amendoim, em Alagoas (44,5%) e Sergipe (13,4%); cana-de-açúcar, em Alagoas (32,0%) e na Paraíba (10,40%); milho de 2ª safra, em Sergipe (30,8%); laranja, em Sergipe (28,3%) e Alagoas (11,9%); mandioca, em Alagoas (14,1%); castanha-de-caju, no Rio Grande do Norte (15,0%); mandioca, em Alagoas (14,1%) e banana, no Rio grande do Norte (9,3%).

2.2 Pecuária

Mesmo no atual cenário de retração econômica, acentuada pelos efeitos adversos da pandemia, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizam em maiores volumes no País e, mais propagado no Nordeste, no primeiro trimestre de 2021. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos trimestrais de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3.

No País (+5,7%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre os primeiros trimestres de 2021 e 2020, em grande medida por ser uma alternativa de carne substituta à bovina. Para o Nordeste (+16,6%) houve aumento significativo, a explicação plausível seria que a carne suína no mercado interno sofreu desvalorização ao longo do trimestre, aumentando sua competitividade em relação às demais proteínas. Entre os maiores produtores dos abates suínos no Nordeste, a variação foi uniforme. Na Bahia (peso regional de 34,0%), houve crescimento na ordem de +35,0%; no Ceará (peso

regional de 38,4%), registrou aumento do quantitativo de carcaças de suínos abatidos em +18,4%, no 1º trimestre de 2021, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

No 1º trimestre de 2021, foram abatidos 3,6 milhões de toneladas de frango no País, crescimento de 5,3%, comparando ao mesmo trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2021, como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção de carne de frango, como o desempenho de suas exportações não foi expressivo, conclui-se que parte considerável desse crescimento foi direcionado ao mercado interno.

Para a Região Nordeste, o cenário se apresentou positivo no abate de frangos; comparando-se ao 1º trimestres de 2020, houve alta de 7,7% no quantitativo do peso acumulado das carcaças, chegando em 136,8 mil toneladas. Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, participando com 59,9% do total do abate de frango na Região, no 1º trimestre de 2021, além de apresentar aumento de seu volume em 5,5%, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Nesse período, Ceará (+17,4%) e Piauí (+16,6%) apresentaram os maiores crescimento do abate de carne de frango.

O quantitativo de animais abatidos de bovinos no País (-10,6%) foi o que apresentou retração, quando comparado com o 1º trimestre de 2020. No caso da Região Nordeste, que representa 7,3% do quantitativo de bovinos abatidos do País, a retração ocorreu de forma mais intensa, com recuo de 17,3%, em comparação ao mesmo trimestre de 2020. O resultado deriva da retração do poder de compra da Região diante do restante do País, pois apresenta o maior número de pessoas em vulnerabilidade econômica. Bahia (43,4%), Maranhão (26,6%) e Pernambuco (10,8%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região, no entanto, apresentaram recuos no quantitativo de animais abatidos, -16,2%, -17,6% e -18,6%, respectivamente, no 1º trimestre de 2021, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto à produção de leite nacional, percebe-se crescimento tanto para o cru (+1,8%) quanto para o industrializado (+1,7%), entre os 1ºs trimestres de 2021 e 2020, com quantidades de aproximadamente 6,5 bilhões de litros para ambos. No caso do Nordeste, que representa 6,7% da produção nacional, as variações foram positivas, tanto na produção do leite cru (+5,41%) quanto no beneficiado (+5,35%), no 1º trimestre de 2021 comparando ao mesmo trimestre de 2020. Com produção de 36,1% e de 15,7% da produção de leite cru regional, nesta ordem, Bahia e Sergipe se destacam em volume produzido no 1º trimestre de 2021. O crescimento de 14,8% para Bahia e de 20,5% para Sergipe, em comparação ao mesmo trimestre de 2020, foram os únicos, seguidos por Pernambuco (+4,0%). As demais unidades produtoras seguiram tendência de queda na aquisição de leite cru.

A produção de ovos de galinha nacional apontou leve aumento de 0,3% no 1º trimestre de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior. Este resultado deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final. Embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda seguiu aquecida pelo preço acessível do ovo frente a outras proteínas.

Para o Nordeste, que produz 163,5 milhões de dúzias de ovos (16,7%), acumulou alta de 7,9% entre os mesmos períodos analisados. Como o consumo de ovos é considerado um substituto direto das principais proteínas, e diante do aumento dos preços das carnes, cresceu a demanda de ovos no mercado regional. Bahia (+42,0%) e Rio Grande do Norte (14,8%) apresentaram significativos crescimentos na produção de ovos de galinha, em relação ao 1º trimestre de 2020. Já os estados do Ceará (34,3%) e de Pernambuco (34,1%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, no 1º trimestre de 2021.

Pelos dados analisados, percebe-se, pelos impactos, que a pandemia pelo novo Coronavírus provocou um comportamento desigual na produção pecuária nacional e regional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores apresentaram as maiores variações negativas, como a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis à população apresentaram variações positivas, com a carne de frango e a produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador, que necessitou adquirir itens de menor valor para compor sua cesta de alimentos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil - 1ºs Trimestres de 2021 e 2020

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	1º trimestre de 2020			1º trimestre de 2021			Variação (%) 1º trim 2021/1º trim 2020	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil Cabeças)								
Bovinos	7.335.886	580.473	7,9	6.560.963	480.136	7,3	-10,6	-17,3
Suínos	11.944.134	99.495	0,8	12.621.763	116.022	0,9	5,7	16,6
Frangos	1.515.929.636	54.736.080	3,6	1.566.265.000	58.146.795	3,7	3,3	6,2
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	1.856.851.056	145.054.217	0,0	1.721.944.150	125.057.597	0,0	-7,3	-13,8
Suínos	1.072.065.192	7.566.375	0,0	1.156.053.191	9.036.683	0,0	7,8	19,4
Frangos	3.477.374.793	127.058.453	0,0	3.661.232.226	136.814.624	0,0	5,3	7,7
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.440.948	419.580	6,5	6.555.592	442.295	6,7	1,8	5,4
Industrializado	6.434.519	419.424	6,5	6.545.600	441.905	6,8	1,7	5,4
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	974.942	151.608	15,6	978.250	163.557	16,7	0,3	7,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha. Notas: 1. Os dados do 2º trimestre de 2020 são referentes aos primeiros resultados das respectivas pesquisas. 2. Os primeiros resultados das pesquisas trimestrais da pecuária passaram a ser divulgados a partir do 1º trimestre de 2018 apenas no nível Brasil. São dados prévios, que podem sofrer alterações até a divulgação dos resultados do trimestre de referência. 3. Os dados do ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos dados do 1º trimestre de 2021.

Referências

IBGE. Indicadores IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: julho 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2021_mar.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados, jan-mar. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2021_1tri.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

3 Produção Industrial

Atividade Industrial Brasil

A produção industrial recuou 2,4% em março de 2021, frente ao mês anterior. Este foi o segundo mês consecutivo de retração, que interrompeu nove meses seguidos de resultados positivos, nesta base de comparação. As perdas, de fevereiro e março deste ano, foram suficientes para zerar os avanços acumulados nos nove meses anteriores, de tal forma que o patamar de produção de março de 2021 foi exatamente o mesmo do pré-pandemia (fevereiro de 2020). Em outra base de comparação, ficou 16,5% abaixo do nível recorde registrado em maio de 2011.

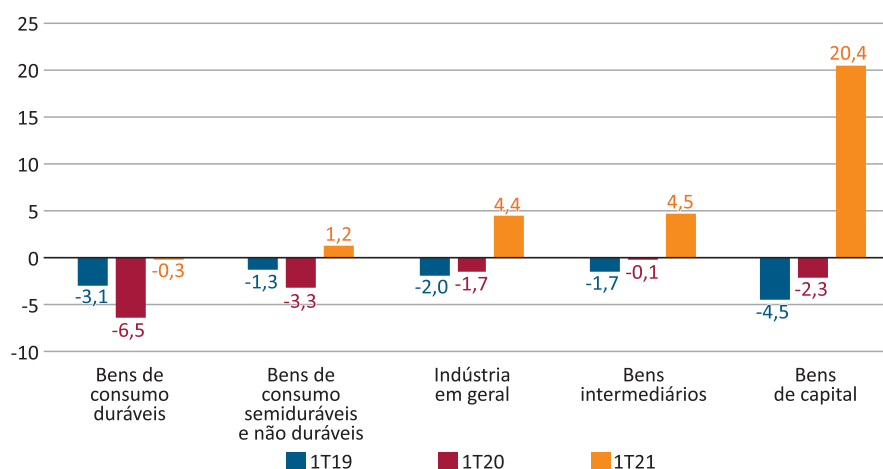
Segundo o IBGE (2021e), o aprofundamento do recuo do setor industrial, em março, está relacionado à intensificação das medidas de combate à Covid-19, que consistiram, por exemplo, na maior restrição ao fluxo de pessoas, interrupção das jornadas de trabalho, e paralisações de plantas industriais. Isso atrapalhou toda a cadeia produtiva, levando ao encarecimento e à falta de insumos para o processo de produção.

Por outro lado, em relação a março de 2020, a atividade da indústria subiu 10,5%, sétimo mês de crescimento consecutivo nesse indicador. O IBGE explica que o resultado se deve à base de comparação baixa, uma vez que o setor recuou 3,9% em março de 2020, como também ao efeito-calendário. Neste ano, o mês de março teve um dia útil a mais do que no ano anterior. Com estes resultados, o setor apresentou avanço de 4,4% no primeiro trimestre, mas segue em retração (-3,1%) no acumulado de 12 meses (IBGE, 2021a).

A elevação de 4,4% na produção industrial, no acumulado do ano, repercutiu taxas positivas em três das quatro grandes categorias econômicas, em 20 dos 26 ramos, 58 dos 79 grupos e 65,3% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), a elevação mais intensa se deu nos bens de capital (20,4%), impulsionados, sobretudo, pela fabricação de bens de capital para equipamentos de transporte (19,1%), para fins industriais (11,9%) e agrícolas (40,4%). Os segmentos de bens intermediários (4,5%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (1,2%) também assinalaram crescimento, com o primeiro avançando acima da média da indústria (4,4%) e o segundo mostrando expansão mais moderada. Por outro lado, o setor produtor de bens de consumo duráveis (-0,3%) apontou o único recuo, pressionado, em grande parte, pela redução na fabricação de automóveis (-6,4%) e de eletrodomésticos da “linha marrom” (-10,9%). Comparando este resultado com o de anos anteriores, o Gráfico 1 indica que, independentemente da categoria, este é o melhor primeiro trimestre dos últimos três anos. Todas as categorias assinalaram resultados negativos nos primeiros trimestres de 2019 e 2020 e, quase todas, crescimento em igual período de 2021. Porém, embora se caracterize como um bom resultado, cabe a cautela de que a base de comparação é baixa - pois, por exemplo, em março de 2020, o setor industrial já estava sendo afetado pelo movimento de isolamento social em função da pandemia de Covid-19 - e, conseqüentemente, pequenos avanços aparentam maior amplitude do que seu real efeito representa para o dinamismo econômico.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Variação percentual acumulada no 1º trimestre, 2019, 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021b).

Em relação às atividades industriais, a produção extrativa foi menos negativa no acumulado de 2021 (-2,1%) do que em igual período de 2020 (-5,9%). A indústria de transformação também melhorou, passou de uma redução de -1,1%, para um crescimento de 5,2%, em 2021, com 20 de suas 25 atividades registrando elevação (Tabela 1), com destaque para: máquinas e equipamentos (+21,3%); produtos do fumo (+18,7%); têxteis (18,3%); impressão e reprodução de gravações (+17,4%); produtos de minerais não metálicos (+17,2%), e produtos de metal (+16,7%). As influências negativas foram: outros equipamentos de transporte (-15,5%); manutenção e instalação de máquinas e equipamentos (-9,1%); produtos alimentícios (-3,6%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,9%), e sabões, cosméticos e perfumarias (-1,8%).

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – 1º trimestre de 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	2020	2021
Indústria geral	-1,7	4,4
Indústrias extrativas	-5,9	-2,1
Indústrias de transformação	-1,1	5,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,4	21,3
Fabricação de produtos do fumo	1,3	18,7
Fabricação de produtos têxteis	-1,7	18,3
Impressão e reprodução de gravações	-24,0	17,4
Produtos de minerais não-metálicos	-5,2	17,2
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-1,4	16,7
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,1	1,7
Sabões, cosméticos, perfumaria	0,5	-1,8
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	11,2	-2,9
Produtos alimentícios	1,2	-3,6
Manutenção, reparação e instalação de máqs e equips	-11,3	-9,1
Outros equipamentos de transporte	-13,4	-15,5

Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2021c).

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021a), busca identificar o desempenho

recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

A Sondagem identificou estabilidade no número de empregados (50,1 pontos) na passagem de fevereiro para março deste ano (CNI, 2021b), demonstrando o desaquecimento no mercado de trabalho do setor. Este comportamento acompanhou a redução de 1 ponto percentual na UCI (Utilização da Capacidade Instalada) que passou a 68%, frente a fevereiro. Cabe ressaltar que este percentual é considerado relativamente alto, se comparado a março de 2020 quando havia se reduzido para 58%, diante das medidas restritivas de controle à pandemia, e está no mesmo nível pré-crise, 68%, de fevereiro de 2020.

Todos os índices de expectativas, melhoraram na passagem de março para abril de 2021 e continuam mantendo o otimismo para os próximos seis meses, o que se observa desde julho de 2020 (CNI, 2021b): expectativa de demanda (de 54,5 pontos para 56,1); expectativa de quantidade exportada (de 53,0 para 54,7); de compras de insumos e matérias-primas (de 53,2 para 54,9), e a de número de empregados (de 51,0 para 51,3). O índice de intenção de investimento, por sua vez, ficou estável no período (de 55,8 para 55,7) e, embora esteja abaixo do pico de 59,9 pontos, alcançado em janeiro de 2021, permanece acima da média histórica, de 50,1 pontos.

Apesar da observada sensação de otimismo, os empresários expressaram perda de satisfação no primeiro trimestre de 2021, em relação ao lucro operacional, à situação financeira e ao acesso ao crédito. O indicador de satisfação com o lucro operacional caiu 4,8 pontos, passando de 50,3 para 45,5 pontos e ficando abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que indica insatisfação dos empresários com o lucro operacional de suas empresas. O índice relativo à situação financeira caiu 3,9 pontos e chegou a 49,9 pontos, praticamente sobre a linha divisória que separa satisfação de insatisfação.

A pesquisa da CNI (2021a) aponta ainda que o acesso ao crédito ficou ainda mais difícil na passagem do quarto trimestre de 2020 para o primeiro trimestre de 2021. O índice de facilidade de acesso ao crédito apresentou retração de 1,6 ponto e chegou em 41 pontos, caracterizando difícil acesso (abaixo dos 50 pontos).

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao primeiro trimestre do ano, refletiram também as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar (CNI, 2021a), a falta ou alto custo da matéria-prima. Esse foi o problema mais citado desde o terceiro trimestre de 2020, e vem crescendo em percentual de citações: 57,8% no terceiro trimestre de 2020, 64,3% no quarto e agora 67,2%. Em seguida, aparecem a elevada carga tributária e a taxa de câmbio, citadas por 33,4% e 31,0% dos empresários industriais, respectivamente. A demanda interna insuficiente aparece em quarto lugar, escolhida por 21,6% dos empresários. Cabe salientar que esse foi o problema com maior crescimento de assinalações em relação ao quarto trimestre de 2020 (14,7%): alta de 6,9 pontos percentuais.

Os principais problemas apontados pelo setor podem ser compreendidos a partir das dificuldades em manter aquecida a economia nacional, diante de aspectos levantados pelo IEDE (2021). No primeiro trimestre de 2021, todos os programas emergenciais contra os efeitos da Covid-19 foram descontinuados, no entanto, os casos de contágio tiveram aceleração, o que levou ao endurecimento de medidas de isolamento social em todo o País. Esta evolução, portanto, influenciou na retirada de dinamismo da indústria, durante o período.

Atividade Industrial Nordeste

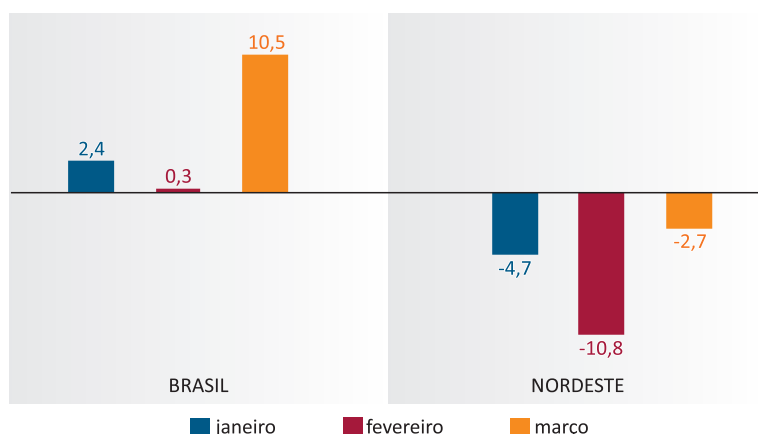
Assim como no País (-2,4%), o nível de atividade industrial no mês de março, em relação ao mês anterior, foi de retração no Nordeste (-4,2%). Contudo, na Região, o recuo se deu também nas comparações interanuais: -2,7%, frente a março de 2020; -6,1%, no primeiro trimestre de 2021, e -5,7% no acumulado dos últimos 12 meses.

Especificamente, em março deste ano, a indústria regional produziu 11,2% a menos do que produziu em fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia.

O resultado regional adverso pode ser atribuído, em parte, à interrupção do auxílio emergencial e dos programas de apoio à empresa, ao recrudescimento do isolamento social, aos desequilíbrios no abastecimento de insumos e matérias-primas, mas também foi fortemente influenciado pelas dificuldades no setor automobilístico. Neste caso, após o fechamento de uma montadora na Bahia que desarticulou importantes segmentos da cadeia industrial, respingando em diversos Estados locais.

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a reação da produção industrial regional, ao longo desse ano. O Gráfico 2 mostra que o Nordeste apresentou retração em todos os meses desse ano e fechou o trimestre com recuo de -6,1%.

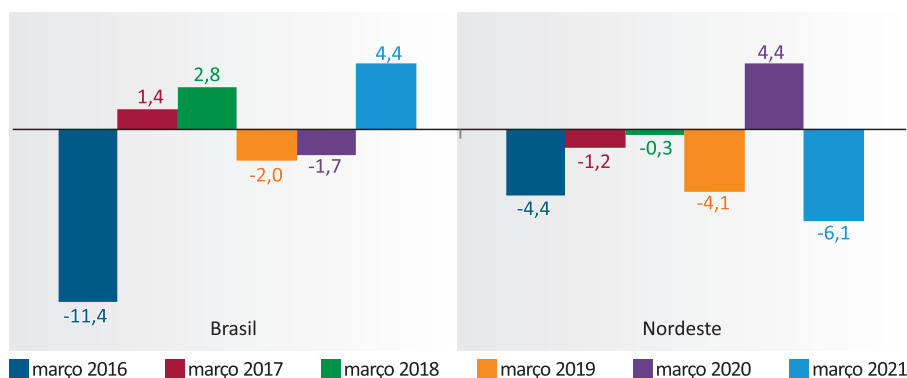
Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) e acumulada do 1º trimestre (%) – Brasil e Nordeste – janeiro a março de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Buscando melhor avaliar o desempenho industrial recente, o Gráfico 3 apresenta uma comparação dos resultados dos primeiros trimestres dos anos de 2016 a 2021. Neste, observa-se que, em 6 anos, a taxa de crescimento da produção industrial, na Região, mostrou resultado positivo apenas uma vez, (+4,4%, de janeiro a março de 2020), se configurando, de fato, em um período prolongado de perdas. Além disso, 2021 registrou o trimestre de retração mais intensa da série, na contramão do desempenho nacional.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – 1º trimestre dos anos de 2016 a 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

O recuo trimestral no Nordeste (-6,1%) refletiu redução tanto na indústria extrativa (-10,1%) quanto na de transformação (-5,8%). Dentre as 14 atividades pesquisadas da indústria de transformação, 4 segmentos de peso para a Região apresentaram resultados negativos (Gráfico 4): veículos, reboques e carrocerias (-49,8%); coque e derivados do petróleo (-20,6%); produtos alimentícios (-7,7%), e Metalurgia (-3,3%). Os demais registraram avanços, com destaque para produtos têxteis (+25,3%), produtos de minerais não

metálicos (+14,5%), máquinas e materiais elétricos (+13,6%), confecção e acessórios (+13,5%) e produtos químicos (+13,4%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – 1º trimestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a pesquisa “Sondagem Industrial”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021b), identificou que houve redução no número de empregados na passagem de fevereiro para março. Este índice ficou em 46,1 pontos, significando queda mais disseminada e intensa do que a observada em fevereiro (48,0), após seis meses de aumentos consecutivos. Este resultado refletiu a queda na utilização da capacidade instalada (UCI) que vem diminuindo desde dezembro de 2020 (71%) e chegou a 64%, em março deste ano. Neste patamar, a indústria regional se encontra 5 p.p. abaixo do nível da capacidade observado antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020).

Apesar do desempenho menos promissor em março, todos os índices de expectativa da Região, captados em abril, registraram aumentos e expressaram percepção de otimismo (CNI, 2021b): expectativa de demanda (de 53,0 para 56,0); quantidade exportada (de 50,1 para 53,2); compra de matérias-primas (de 49,7 para 54,4), e número de empregados (de 47,5 para 51,1). Esta melhora pode ser parcialmente explicada pela expectativa de retorno dos programas governamentais de combate à pandemia, tais como o auxílio emergencial e os destinados às empresas. Já o índice de “intenção de investimento” passou de 58,6 para 53,9 pontos, perdendo intensidade.

Por sua vez, a percepção dos empresários da Região, quanto às condições financeiras das empresas industriais, foi de maior insatisfação na passagem do quarto trimestre de 2020, para o primeiro deste ano: lucro operacional (de 49,9 para 44,0 pontos), situação financeira (de 52,8 para 49,9) e o acesso ao crédito foi considerado ainda mais difícil (de 40,1 para 38,8 pontos).

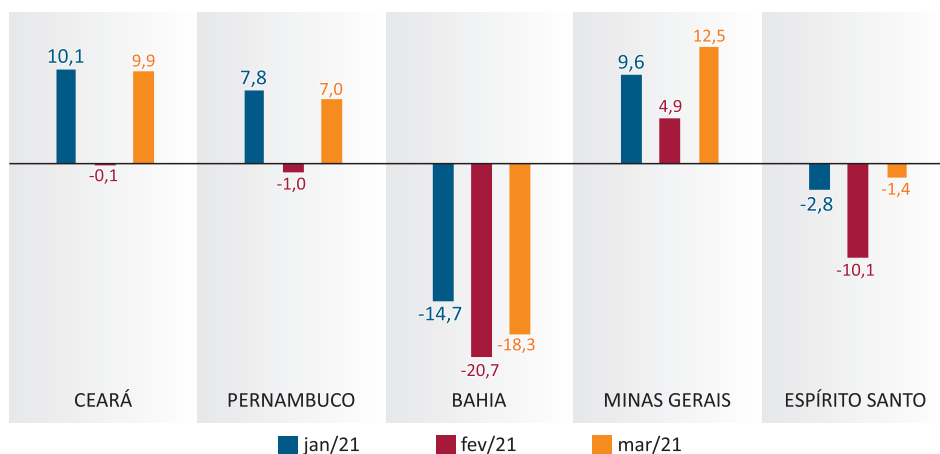
Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

O nível de atividade industrial assinalou recuo em 9 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE, na passagem de fevereiro para março de 2021, diante de novo recrudescimento dos efeitos da pandemia, em todo o País. Além do Nordeste (-4,2%), Ceará (-15,5%), Bahia (-6,2%) e Pernambuco (-2,8%) se retraíram. Em contraposição, complementados os Estados que fazem parte da área de atuação do BNB, demonstraram avanço: Minas Gerais (+1,7%) e Espírito Santo (+1,5%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021d).

Contudo, no confronto interanual estes resultados divergem, diante de diferentes reações dos Estados. O Gráfico 5 mostra o desempenho mensal dos Estados em questão, frente a igual mês do ano anterior, de modo que se pode acompanhar como estes evoluíram ao longo do ano. A partir desta observação, é

possível verificar que a retração registrada na produção industrial do Nordeste (-6,1%), no 1º trimestre de 2021, foi principalmente influenciada pelo resultado da Bahia (-17,9%), que apresentou três meses seguidos de queda. Enquanto Ceará (+6,5%) e Pernambuco (+4,5%) registraram queda apenas em um mês do ano, fevereiro (-0,1% e -1,0%, respectivamente). Minas Gerais, terceiro melhor desempenho nacional do trimestre (+9,1%), ficou positivo em todos os meses, ao contrário do Espírito Santo que fechou com taxa negativa o acumulado do período (-4,8%).

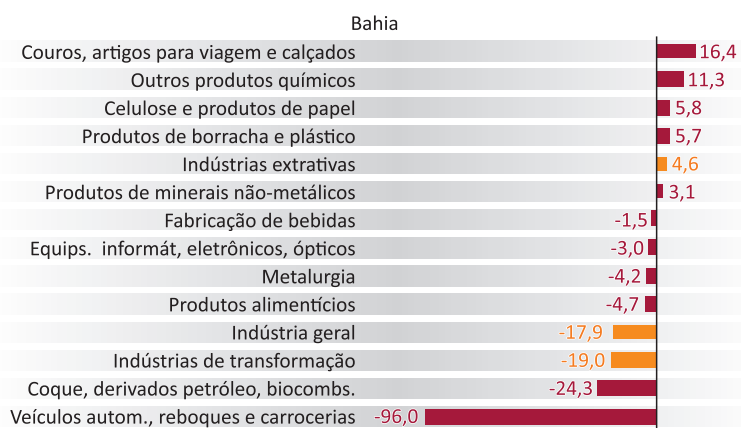
Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a março de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

No acumulado do ano, a Bahia (-17,9%) apontou o recuo mais acentuado do País, pressionada pela indústria de transformação (-19,0%), já que a indústria extrativa assinalou avanço (+4,6%). Este resultado foi afetado pelo fechamento de uma montadora de automóveis que repercutiu de forma severa no setor de veículos automotores, reboques e carrocerias (-96,0%). Outras atividades que se retraíram no Estado foram: coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-24,3%), alimentos (-4,7%) e metalurgia (-4,2%). Ver Gráfico 6.

Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – 1º trimestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



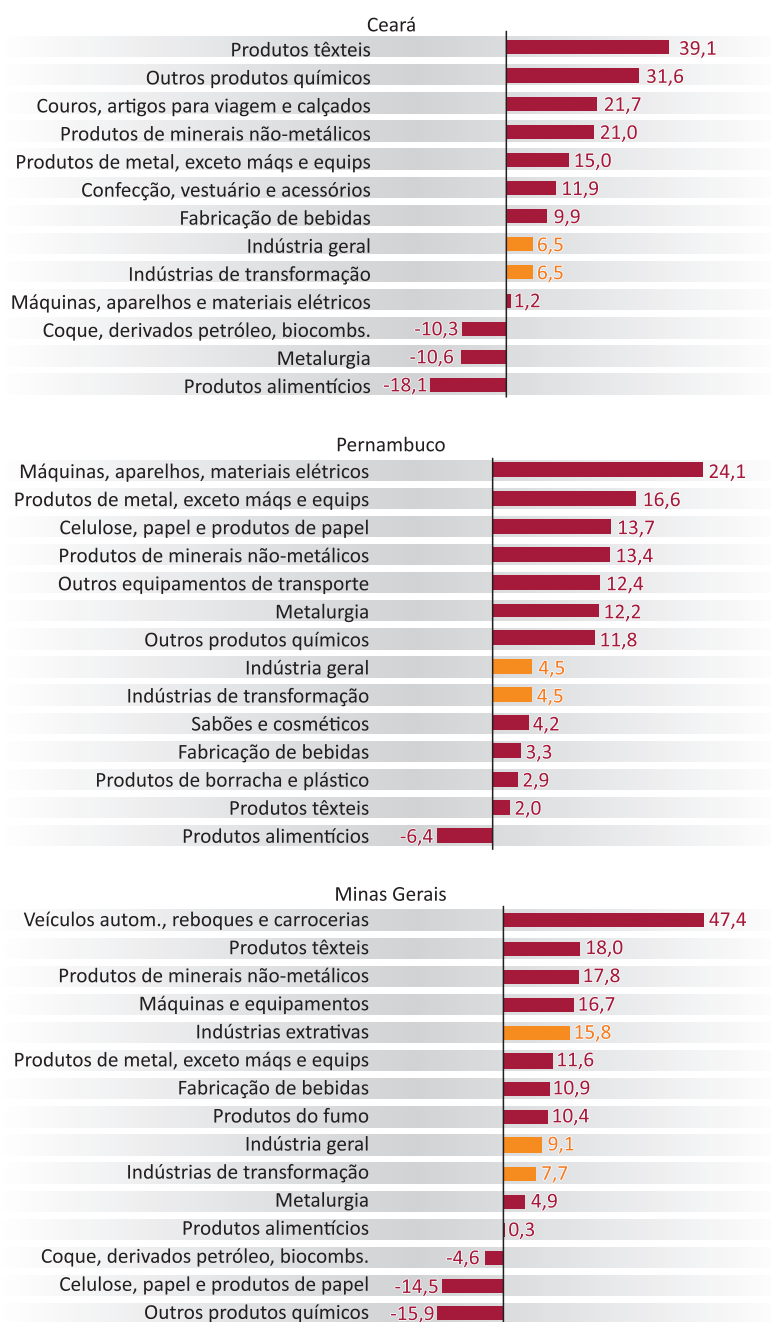
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

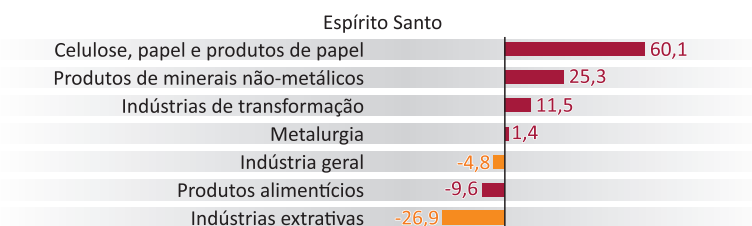
Em Pernambuco (+4,5%) e no Espírito Santo (-4,8%), apenas uma atividade da indústria de transformação registrou retração no acumulado do ano, produtos alimentícios (-6,4% e -9,6%, respectivamente). Aliás, cabe destacar as dificuldades observadas neste importante segmento da indústria, que recuou na maioria dos locais pesquisados em todo o País. Nos Estados da área de atuação do BNB (Gráfico 7), houve ligeiro avanço na produção de alimentos apenas em Minas Gerias (+0,3%). A interrupção do programa de auxílio

emergencial pago às famílias, em 2021, foi um dos fatores que influenciou nesse resultado. A retomada dessa medida só ocorreu em abril, com intensidade e amplitude menores, e ainda não refletiu nesses resultados.

No Ceará (+6,5%), além dos alimentos (-18,1%), Metalurgia (-10,6%) e coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-10,3%) apontaram expressivas reduções (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados da área de atuação do BNB – 1º trimestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)





Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Por outro lado, segundo especialistas do IBGE (IBGE, 2021e), as altas mais significativas no período foram justamente naquelas atividades que sofreram mais durante o ano de 2020, de tal forma que, com uma base muito pequena de comparação, qualquer elevação é significativa. Destacaram-se os **Produtos de minerais não metálicos** que cresceram em todos os Estados em questão. **Têxteis** avançou de forma significativa no Ceará (+39,1%) e em Minas Gerais (+18,0%); **Produtos químicos e Couro e calçados**, no Ceará (+31,6% e +21,7%, respectivamente) e na Bahia (+11,3% e +16,4%, respectivamente); **Celulose e papel** em Pernambuco (+13,7%), Bahia (+5,8%) e Espírito Santo (+60,1%); **Produtos de metal**, no Ceará (+15,0%), em Pernambuco (+16,6%) e em Minas Gerais (+11,6%), e **Máquinas e materiais elétricos**, em Pernambuco (+24,1%).

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Sondagem Industrial**. Empresários industriais permanecem otimistas. CNI, Ano 24, Número 3, Março de 2021. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 27.05.2021a.

_____. **Sondagem Industrial. Série Recente Abril/2021**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 27.05.2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Mar. 2021. IBGE, maio de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2021_mar.pdf. Acesso em: 26.05.2021a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 3651** - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3651>. Acesso em: 24.02.2021b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 3653** - Produção Física Industrial, por seções e atividades econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 24.02.2021c.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Mar. 2021. IBGE, maio de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_mar.pdf. Acesso em: 25.05.2021d.

_____. Produção industrial cai 2,4% em março, segundo mês seguido de retração. **Agência Notícias IBGE**. Indústria nacional, 05.05.2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30634-producao-industrial-cai-2-4-em-marco-e-aponta-o-segundo-mes-seguido-de-queda>. Acesso em: 06 de maio 2021e.

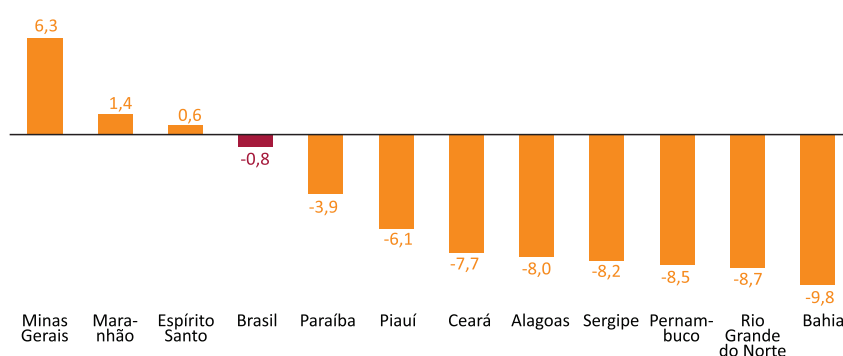
INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDE). **Carta IEDE n. 1061: A indústria em 2020 e os desafios de 2021**. São Paulo, 09/02/2021. Disponível em: https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1061.html. Acesso em: 06.05.2021.

4 Setor de Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional declinou 0,8% no 1º trimestre de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme apresentado no Gráfico 1. Na variação acumulada dos últimos 12 meses, verificou-se declínio de 8,0%, contudo, apresentando diferença de 0,6 pontos percentuais a mais que a taxa de fevereiro (-8,6%).

Na comparação do mês de março de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior, observou-se crescimento de 4,5%, todavia, comparando março de 2021 com o mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, verificou-se retração de 4,0%, encerrando os crescimentos observados nos meses de janeiro (+0,3%) e fevereiro (+4,6%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e estados selecionados – 1º trimestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior) ⁽¹⁾.



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2021 a março/2021.

No que concerne às atividades que compõem o setor, Serviços de Informação e Comunicação (+3,5%) registrou o maior crescimento na variação do acumulado no primeiro trimestre de 2021, seguido de Outros Serviços (+1,9%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+1,7%). Em contraste, a atividade Serviços prestados às famílias (-25,4%) registrou a maior queda, seguida por Serviços profissionais, administrativos e complementares (-3,1%), conforme Tabela 1.

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: Serviços de tecnologia da informação (+17,1%), Armazenagem, serviços auxiliares aos Transportes e correio (+9,6%), Transporte aquaviário (+7,4%) e Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) (+5,8%). Excluindo-se o Transporte aquaviário, nota-se que as atividades com maiores crescimentos estão relacionadas aos serviços de armazenagem, correio e tecnologia da informação, o que pode ser explicado pelo aumento da demanda por esses serviços por conta das medidas de combate à pandemia implementadas no período em análise, influenciando, assim, na mudança de hábito dos consumidores.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados – 1º trimestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior) ⁽¹⁾.

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Penam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-25,4	-36,9	-16,7	-23,0	-27,1	-13,6
Serviços de alojamento e alimentação	-25,8	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-23,3	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	3,5	-0,2	-4,6	-5,8	-1,6	0,1
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	5,8	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-0,7	-	-	-	-	-

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Penam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços de Tecnologia da Informação	17,1	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-13,5	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-3,1	3,2	-5,7	-6,5	7,6	-2,5
Serviços técnico-profissionais	5,4	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-6,1	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,7	-6,0	-11,1	-9,0	13,7	4,4
Transporte terrestre	0,6	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	7,4	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-26,6	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	9,6	-	-	-	-	-
Outros serviços	1,9	-18,3	-1,2	-5,8	50,0	-6,6
Total	-0,8	-7,7	-8,5	-9,8	6,3	0,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Notas (1): Variação acumulada de janeiro/2021 a março/2021. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

O volume de serviços retraiu na maioria dos onze Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), na análise da comparação interanual do 1º trimestre de 2021, como pode ser visto no Gráfico 1. O Estado da Bahia (-9,8%) apresentou a maior retração, seguida do Rio Grande do Norte (-8,7%), Pernambuco (-8,5%), Sergipe (-8,2%), Alagoas (-8,0%), Ceará (-7,7%), Piauí (-6,1%) e Paraíba (-3,9%). Na direção oposta, registraram crescimento em suas atividades ligadas ao setor de serviços: Minas Gerais (+6,3%), Maranhão (+1,4%) e Espírito Santo (0,6%).

O IBGE detalha o setor de serviços para cinco Estados da área de atuação do BNB. No caso do Ceará, somente Serviços profissionais, administrativos e complementares (+3,2%) obteve crescimento no 1º trimestre de 2021. Serviços prestados às famílias (-36,9%), Outros serviços (-18,3%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-6,0%) e Serviços de informação e comunicação (-0,6%) apresentaram declínio.

Em Pernambuco, nenhuma atividade apresentou crescimento no 1º trimestre de 2021, sendo a mais impactada os Serviços prestados às famílias (-16,7%), seguida de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-11,1%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-5,7%), Serviços de informação e comunicação (-4,6%) e Outros serviços (-1,2%). Na Bahia, todas as subatividades tiveram retração, destacando os Serviços prestados às famílias (-23,0%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-9,0%) com os piores desempenhos no período.

Em Minas Gerais, apresentou expressivo crescimento a atividade de Outros serviços (+50,0%) seguida de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+13,7%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,6%); em contraste, Serviços prestados às famílias (-27,1%) e Serviços de informação e comunicação (-1,6%) registram retração. No Espírito Santo, Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+4,4%) e Serviços de informação e comunicação (+0,1%) obtiveram desempenho favorável, enquanto Serviços prestados às famílias (-13,6%), Outros serviços (-6,6%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,5%) declinaram, conforme a Tabela 1.

A partir dos resultados das atividades de serviços no mês de março de 2021, no qual verificou-se queda de 4,0% na comparação com o mês imediatamente anterior e de queda de 8,0% no acumulado dos últimos doze meses, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reduziu a projeção de crescimento do volume de serviços para o ano de 2021, de 4,2% para 4,0%¹, evidenciando certa dificuldade do setor para se equiparar aos demais setores da economia em suas respectivas recuperações.

1 CNC. CNC reduz para 4% projeção de crescimento dos serviços em 2021. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/cnc-reduz-para-4-projecao-de-crescimento-dos-servicos-em-2021/334626>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Cícero Hércles Lima Moreira, Gustavo Luna de Melo Jorge, Mário Paz Barreto Neto e Nicolas Andrade de Oliveira Silva graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da UNIFOR.

5 Varejo

Comércio

Mesmo diante da crise sanitária provocada pela pandemia do Coronavírus, o Comércio varejista nacional apresentou crescimento de 1,2% no ano de 2020, puxado, primordialmente, por atividades do ramo varejista que caracterizam a forma como a crise afetou a economia. As atividades que registraram os maiores crescimentos no volume de vendas foram as ligadas a Material de construção (+10,8%), Móveis e eletrodoméstico (+10,6%), Artigos farmacêuticos, médicos e cosméticos (+8,3%), Supermercado e produtos alimentícios (+4,8%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+2,5%). A explicação desse desempenho está na mudança de comportamento no mercado de trabalho, em que firmas foram obrigadas a fechar fisicamente e adotar o modelo de teletrabalho, em decorrência das medidas de isolamento social. Como será visto a seguir, o primeiro trimestre de 2021 reforça a trajetória de crescimento destas atividades, entretanto, nota-se uma desaceleração na retomada da economia a partir do mês de março.

Analisando o Comércio varejista restrito nacional no primeiro trimestre de 2021, na comparação interanual, verifica-se retração de 0,6%. Na variação do mês de março de 2021 com o mês imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais, é observado declínio de 0,6%, arrefecendo a alta registrada no mês anterior (+0,5%). Contudo, na comparação do mês de março de 2021 com março de 2020, observa-se crescimento na ordem de 2,4% e de 0,7%, no acumulado dos últimos 12 meses.

O varejo ampliado nacional, que inclui a comercialização de Veículos, motocicletas, partes e peças e Materiais de construção, registrou crescimento de 1,4% no volume de vendas, na comparação interanual do 1º trimestre do ano de 2021. Contudo, em comparação da série do mês de março de 2021, frente ao mês de fevereiro, com ajuste sazonal, verificou-se uma queda de 5,3%. No acumulado dos últimos 12 meses, as atividades do setor registraram uma retração de 1,1%. Apesar disso, em um comparativo interanual do mês de março de 2021, observou-se incremento de 10,1% do comércio ampliado, demonstrando um melhor desempenho no período atual e sinalizando uma crescente retomada das atividades.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados – 1º Trimestre de 2021, em relação ao mesmo trimestre de 2020

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	-0,6	-6,0	3,1	-2,9	6,0	4,8
Combustíveis e lubrificantes	-6,8	0,5	-0,6	-1,9	2,1	13,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,5	-4,8	-4,5	-9,3	1,0	1,4
Hipermercados e supermercados	-1,5	-4,1	-5,1	-6,1	0,8	2,7
Tecidos, vestuário e calçados	-18,2	-29,1	-9,6	-26,8	-17,1	16,7
Móveis e eletrodomésticos	1,6	-3,6	-18,3	20,3	4,9	-1,6
Móveis	5,3	0,0	-17,7	17,1	37,2	-19,8
Eletrodomésticos	0,3	-8,2	-18,5	21,7	-1,9	-0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,3	5,6	37,6	11,2	20,3	12,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-43,3	-50,7	-14,7	-51,7	-45,9	-30,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-7,9	5,0	-35,3	-18,5	-9,0	8,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,8	-12,1	26,4	-0,1	40,4	16,3
Comércio varejista ampliado	1,4	-0,3	11,3	-0,7	6,2	11,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,3	8,7	32,4	5,6	1,5	15,1
Material de construção	20,4	15,4	19,5	0,9	20,6	41,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de março de 2021.

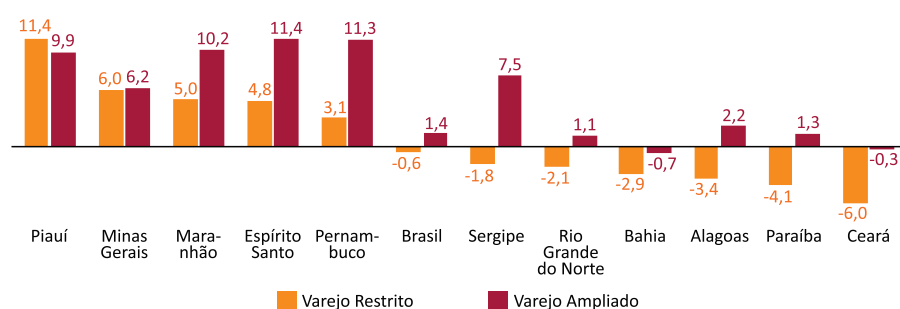
Conforme análise dos dez grupos de atividades componentes do setor pesquisados para o Brasil (Tabela 1), tomando como base o acumulado do primeiro trimestre de 2021 (janeiro a março), registraram taxas de variação positiva no volume de vendas as seguintes atividades: Material de construção (+ 20,4%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+ 12,8%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+ 11,3%); Móveis e eletrodomésticos (+ 1,6%); e Veículos, motocicletas, partes e peças (+ 0,3%). As atividades que aparecem em destaque positivo no primeiro trimestre de 2021 foram quase em sua totalidade (com exceção de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo) as mesmas que encerraram o ano de 2020 de maneira positiva. Refletindo a continuidade do padrão de consumo do brasileiro e sua preocupação e atenção com a aquisição de itens que se mostram essenciais e lhe auxiliam nos cuidados pessoais e domiciliar no atual período de medidas restritivas e isolamento social.

Por outro lado, as atividades Livros, jornais, revistas e papelaria (-43,3%); Tecidos, vestuário e calçados (-18,2%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-7,9%); Combustíveis e lubrificantes (-6,8%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,5%) obtiveram variação negativa. Ainda de acordo com a Tabela 1, o impacto sofrido por essas atividades persiste em razão da situação pandêmica que restringe a circulação da população. O maior impacto percebido foi sobre Livros, jornais, revistas e papelaria, que em razão do isolamento, houve potencialização do consumo via internet, por vídeos e/ou publicações gratuitas. Já o grupo Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, teve a demanda retraída em virtude da inflação que elevou o preço dos produtos, fazendo com que o consumo seja direcionado somente ao essencial com o corte do supérfluo.

Observando os Estados nos quais contam com a presença e atuação do Banco do Nordeste (BNB) sob o viés do comportamento do varejo restrito, uma parcela minoritária logrou crescimento na comparação interanual do 1º trimestre (Gráfico 1): Piauí (+11,4%); Minas Gerais (+6,0%); Maranhão (+5,0%); Espírito Santo (+4,8%) e Pernambuco (+3,1%). Em contrapartida, a maioria desse conjunto de Estados apresentou variação negativa: Ceará (-6,0%); Paraíba (-4,1%); Alagoas (-3,4%); Bahia (-2,9%); Rio Grande do Norte (-2,1%) e Sergipe (-1,8%).

No que diz respeito ao varejo ampliado nos Estados pertencentes na área de atuação do BNB, a grande maioria logrou expansão no índice acumulado do primeiro trimestre de 2021: Espírito Santo (+ 11,4); Pernambuco (+ 11,3); Maranhão (+ 10,2); Piauí (+ 9,9%); Sergipe (+ 7,5%); Minas Gerais (+ 6,2%); Alagoas (+ 2,2%); Paraíba (+ 1,3%) e Rio Grande do Norte (+ 1,1). Apenas dois Estados obtiveram uma contração no índice: Bahia (- 0,7%) e Ceará (- 0,3%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Acumulado do ano no 1º Trimestre de 2021⁽¹⁾.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Variação acumulada de janeiro a março de 2021.

A taxa básica de juros da economia brasileira, Selic, terminou o ano de 2020 fixada em 2,0% ao ano. Porém, no decorrer do primeiro trimestre do ano de 2021, viu-se um aumento acelerado do preço dos produtos, sinalizando um movimento de aumento da inflação no sistema econômico. Com isso, o Banco Central (Bacen) percebeu a necessidade de revisar sua política monetária, refletindo no aumento da taxa básica de juros por duas oportunidades seguidas nas reuniões do Copom nesse início de ano, e sinalizando que aumentará mais no decorrer do ano, visando ao controle de metas da inflação. Além dessa medida contracionista adotada pela autoridade monetária, tornando o crédito mais caro na economia com o objetivo de combate à inflação, o governo começa a flexibilizar as medidas restritivas de isolamento social,

ao tempo em que ocorre a vacinação da população. Entretanto, o avanço da vacinação ainda encontra-se num ritmo não satisfatório, fazendo com que os indivíduos ainda não imunizados, não possuam a confiança em uma retomada ainda que gradual da vida cotidiana. Tal comportamento reflete no consumo, pois esses indivíduos priorizam tão somente o necessário e essencial em termos de consumo de bens e serviços.

Em virtude de medidas de restrição e isolamento social, com comércios e serviços não essenciais fechados, durante o mês de março, em decorrência do início da segunda onda da Covid-19 no Brasil, houve repercussão nos Estados no 1º trimestre de 2021. No Ceará registrou-se a queda de 29,1% no volume de vendas no segmento de Tecidos, vestuários e calçados e no segmento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-4,8%). Esses resultados também foram influenciados pelo aumento dos preços (inflação) e pela taxa de desemprego em alta.

Dentre as atividades analisadas, os maiores impactos negativos foram observados no segmento Livros, jornais, revistas e papelaria, apresentando declínios expressivos na Bahia (-51,7%), Ceará (-50,7%), Minas Gerais (-45,9%), Espírito Santo (-30,5%) e Pernambuco (-14,7%). Isso decorre, principalmente, da restrição a aglomerações em escolas, universidades e em estabelecimentos comerciais de vendas de livros, arrefecendo a demanda por tais itens.

Porém, ainda com a imposição dessas medidas, houve alguns setores que se mostraram resilientes, apresentando resultados positivos no acumulado do primeiro trimestre para o comércio nos Estados pertencentes à área de atuação do BNB. Na Bahia, o segmento Móveis e eletrodomésticos cresceu 20,3%, em patamares bem superiores à média nacional, demonstrando que as famílias baianas optaram mais intensamente por um consumo voltado ao ambiente doméstico. Por passarem mais tempo em casa, as famílias buscaram mais conforto em utensílios e ajuste de melhorias para suas respectivas residências. Já o segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos continua a registrar crescimento nos Estados analisados: Ceará (+5,6%), Pernambuco (+37,6%), Bahia (+11,2%), Minas Gerais (+20,3%) e Espírito Santo (+12,0%), demonstrando que as famílias têm destinado parte dos seus rendimentos com o consumo de produtos de saúde e cuidados pessoais.

Diante desses desempenhos das atividades varejistas, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manteve a projeção de crescimento de 3,3% para o comércio varejista no ano de 2021². A CNC destaca que mesmo com o aumento do desemprego no país e a diminuição do auxílio emergencial, a desaceleração no preço de alimentos verificado durante o primeiro trimestre de 2021 contribuiu para que o impacto negativo de novos fechamentos de estabelecimentos comerciais do varejo fosse menor.

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Alysson Inácio de Oliveira, Dario Lourenço Marques, Igor Rufino Campelo, José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes, Mikaelle Uchoa Cavalcante e Victor Gabriel dos Santos Teixeira, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - NUPE da UNIFOR.

2 CNC. CNC mantém em 3,3% projeção de crescimento para o varejo após nova queda em março. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/cnc-mantem-em-33-projecao-de-crescimento-para-o-varejo-apos-nova-queda-em-marco/334454>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

6 Turismo

Em decorrência da pandemia da Covid-19, o Setor de Serviços foi um dos mais afetados pelas medidas de isolamento social, retraindo 7,1% em 2020. Até março de 2021, relativamente a mesmo período de 2020, a retração foi de 0,2%. Em paralelo, as atividades turísticas registraram quedas bem mais elevadas que as demais atividades pertencentes à amostra da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), principalmente, por depender da presença física e contato direto entre pessoas, práticas desincentivadas no período de pandemia. Para verificar o comportamento do Setor de Turismo no primeiro trimestre de 2021, serão analisados os dados do Índice de Atividades Turísticas (Iatur), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os dados referentes ao número de passageiros em aeroportos, fornecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Assim como em 2020, o turismo apresentou uma forte retração em suas atividades no primeiro trimestre de 2021. Nacionalmente, verifica-se declínio de 42,0% nos últimos 12 meses, um dos piores desempenhos registrados na série histórica iniciada em 2011. Quando comparado o mês de março com o mês imediatamente anterior, efetuado os ajustes sazonais, nota-se forte queda de 22,0%, encerrando as altas verificadas nos meses de janeiro (0,6%) e fevereiro (2,2%) do mesmo ano. Além disso, na comparação interanual do mês de março, observa-se retração de 19,1%, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e estados selecionadas – Variação (%).

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR	JAN	FEV	MAR
Brasil	0,6	2,2	-22,0	-29,3	-31,2	-19,1	-29,3	-30,2	-27,4	-39,5	-42,3	-42,0
Ceará	2,6	-8,8	-20,3	-28,7	-41,3	-35,4	-28,7	-34,2	-34,5	-44,0	-47,1	-47,6
Pernambuco	0,0	4,9	-24,9	-24,4	-22,2	-9,2	-24,4	-23,4	-19,8	-41,7	-43,6	-42,8
Bahia	-1,7	-4,2	-4,9	-15,5	-27,6	-12,1	-15,5	-20,8	-18,8	-39,0	-42,0	-41,4
Minas Gerais	-3,8	6,8	-17,4	-32,6	-27,2	-13,3	-32,6	-30,2	-25,8	-38,3	-40,3	-39,7
Espírito Santo	3,0	6,3	-13,5	-17,7	-17,7	-5,9	-17,7	-17,7	-14,6	-35,8	-37,0	-35,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE(2021).
Com ajuste sazonal.

O Iatur disponibiliza informações para cinco dos onze estados pertencentes à área de atuação do BNB. Todos eles apresentaram variações negativas, segundo o indicador mensal de março de 2021, ajustado sazonalmente. A queda mais considerável, inclusive acima da média nacional, ocorreu em Pernambuco (-24,9%). Abaixo dela veio o Estado do Ceará (-20,3%), seguido de Minas Gerais (-17,4%), Espírito Santo (-13,5%) e Bahia (-4,9%).

Na variação acumulada dos últimos 12 meses, todos os estados em destaque na Tabela 1 também apresentaram retrações consideráveis, o principal deles foi o Ceará com declínio de 47,6% em suas atividades turísticas. É importante registrar que o Ceará foi um dos primeiros estados a adotar medidas emergenciais mais restritivas e prolongadas no combate à pandemia de Covid-19 da Região, isso impactou diretamente na sua economia de maneira geral, em especial nas atividades de transportes aéreos e hotelaria.

Já quando se considera a taxa de variação trimestral móvel com ajuste sazonal para o Brasil e estados analisados, percebe-se que a Federação obteve baixa de 3,3% no primeiro trimestre do ano, assim como Ceará (-9,9%) e Minas Gerais (-6,1%). Porém, os estados de Pernambuco (+0,5%), Bahia (+1,6%) e Espírito Santo (+1,6%) registraram alta no período, o que sinaliza uma possível recuperação no setor turístico destes estados nos primeiros meses do ano.

Os dados de quantidade de passageiros em aeroportos podem ser utilizados para entender a dinâmica das atividades turísticas nas regiões e estados brasileiros, visto que o avião foi o terceiro meio

de transporte mais demandado para viagens pelos brasileiros em 2019 (15,3%). Já para as viagens com finalidade profissional, o modal aéreo foi o segundo mais demandado (30,5%)³. No âmbito de chegada de turistas internacionais ao Brasil, o modal aéreo correspondeu a 67,5% da preferência de meio de transporte por turistas em 2019, de acordo com o Anuário Estatístico de Turismo 2020, do Ministério do Turismo⁴.

A Tabela 2 reúne as informações entre as regiões brasileiras da quantidade de passageiros em aeroportos por natureza do voo, doméstica ou internacional. Sendo categorizado como doméstico aqueles passageiros que embarcaram em aeroportos nacionais e viajaram para outra localidade dentro do País. A categoria internacional é atribuída àqueles passageiros que embarcaram em aeroportos estrangeiros e tiveram como destino localidades brasileiras.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado por novas medidas de isolamento social com a finalidade de frear os avanços da segunda onda de novos casos de Coronavírus e remediar uma possível terceira onda. Em todo o País, novas medidas foram tomadas, o que acarretou o fechamento de diversos aeroportos. Os impactos mais expressivos podem ser vistos nos desembarques internacionais, que declinaram 87,8%, menor taxa registrada na série histórica para um primeiro trimestre de ano. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais, verificou-se declínio de 10,3% na quantidade de passageiros de voos internacionais. Deve-se salientar que um dos motivos da enorme diferença entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021 se dá por conta que os fechamentos, em 2020, foram iniciados após a segunda quinzena do mês de março, diferente de 2021, em que as medidas de isolamento foram mantidas desde o início do ano.

Em relação aos voos domésticos, verificou-se uma queda em torno de 8,3 milhões de passageiros (-37,8%) quando comparado o primeiro trimestre de 2021 com o mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, observou-se crescimento de 1,3%, o que pode sinalizar uma circulação maior de pessoas no País entre os meses de janeiro e fevereiro, como apontado pela variação mensal do latur para esses meses, que foi positiva.

Tabela 2 – Quantidade de passageiros, por natureza em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2020 e 2021.

Brasil e Regiões	Doméstica			Internacional		
	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	Var. (%)	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	Var. (%)
Sul	5.002.153	2.485.766	-50,3% ▼	668.434	46.800	-93,0% ▼
Sudeste	8.601.589	5.239.353	-39,1% ▼	1.719.411	269.054	-84,4% ▼
Centro-Oeste	2.575.608	1.621.011	-37,1% ▼	81.456	3.860	-95,3% ▼
Norte	1.192.829	853.721	-28,4% ▼	30.360	1.073	-96,5% ▼
Nordeste	4.566.337	3.438.744	-24,7% ▼	182.240	6.221	-96,6% ▼
Brasil	21.938.516	13.638.595	-37,8% ▼	2.681.901	327.008	-87,8% ▼

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Pode-se verificar na Tabela 2 que as regiões mais afetadas no primeiro trimestre do ano foram o Sul (-50,3%) e Sudeste (-39,1%), ficando acima da média nacional (-37,8%) em relação aos voos domésticos. A Região Nordeste foi a que apresentou a menor taxa, com perca de 24,7% no número de passageiros em circulação em seus aeroportos. Em contraste, a Região apresentou as maiores baixas na quantidade de passageiros na categoria de voos internacionais com redução de 176 mil pessoas (-96,6%), na comparação do primeiro trimestre de 2021 frente ao mesmo período anterior, seguida das regiões Norte (-96,5%), Centro-Oeste (-95,3%) e Sul (-93,0%). A Região Sudeste (-84,4%) foi a única que ficou abaixo da média nacional.

3 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) - Turismo 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101739_informativo.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2021.

4 MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico de Turismo - 2020. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 27 maio. 2021.

Todos os estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentaram declínio no número de passageiros em voos domésticos no primeiro trimestre de 2021. Como pode ser visto na Tabela 3, ficaram acima da média regional os estados de Pernambuco (-16,8%), Alagoas (-18,1%), Paraíba (-19,7%), Bahia (-26,4%) e Sergipe (-27,0%). Em contraste, o Ceará registrou a maior queda no número de passageiros da Região, com mais de 355 mil (-44,4%) passageiros a menos quando comparado o primeiro trimestre de 2021 com o mesmo período do ano anterior. Vale destacar que 71,8% do total de passageiros que circularam em aeroportos nordestinos em voos domésticos no primeiro trimestre de 2021 tiveram como destino os estados da Bahia (920 mil passageiros, participação de 29,4%), Pernambuco (882 mil passageiros, participação de 28,2%) e Ceará (444 mil passageiros, participação de 14,2%).

Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à Região Sudeste, registraram declínios bem acima do que os estados nordestinos, com taxas de variação negativa de 37,7% e 38,7%, respectivamente.

Tabela 3 – Quantidade de passageiros, por natureza em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Acumulado de 2020 e 2021.

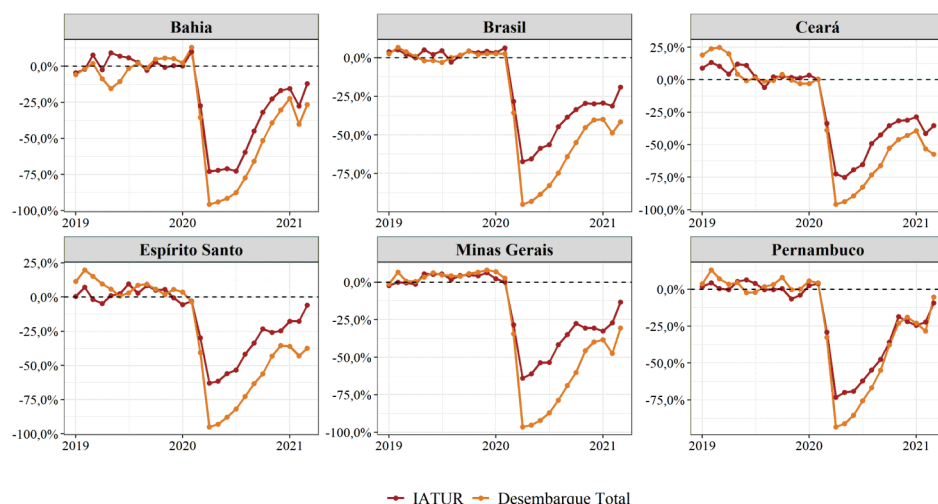
Estados / Região	Doméstica			Internacional		
	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	Var. (%)	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	Var. (%)
Alagoas	268.021	219.392	-18,1% ▼	1.472	183	-87,6% ▼
Bahia	1.250.597	919.956	-26,4% ▼	58.795	2.629	-95,5% ▼
Ceará	799.541	444.432	-44,4% ▼	55.310	1.757	-96,8% ▼
Maranhão	205.262	137.508	-33,0% ▼	-	-	-
Paraíba	182.986	146.881	-19,7% ▼	230	-	-
Pernambuco	1.059.672	882.038	-16,8% ▼	53.732	1.652	-96,9% ▼
Piauí	131.397	87.507	-33,4% ▼	-	-	-
Rio Grande do Norte	280.527	195.807	-30,2% ▼	12.701	-	-
Sergipe	131.195	95.761	-27,0% ▼	-	-	-
Nordeste	4.309.198	3.129.282	-27,4% ▼	182.240	6.221	-96,6% ▼
Minas Gerais	1.344.403	837.262	-37,7% ▼	49.103	3.249	-93,4% ▼
Espírito Santo	340.927	208.926	-38,7% ▼	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Apenas quatro estados da Região Nordeste registraram voos de natureza internacional até o primeiro trimestre de 2021. Como visto na Tabela 2, a Região foi a que registrou as maiores quedas no número de passageiros internacionais no período. O Estado de Pernambuco apresentou o maior declínio, com 96,9% de passageiros a menos vindos do exterior, seguido do Ceará (-96,8%), Bahia (-95,5%) e Alagoas (-87,6%). Os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte não registraram voo internacional entre os meses de abril de 2020 e março de 2021, pois estão operando apenas voos domésticos no período de pandemia.

Analisando a variação interanual do Iatur e do total de desembarque de passageiros para cinco estados pertencentes à área de atuação do BNB (Gráfico 1), nota-se que ambas as séries temporais têm trajetórias parecidas indicando uma possível relação a longo prazo. O Estado do Ceará apresentou as piores taxas interanuais, tanto em suas atividades turísticas (-35,4%) quanto nos desembarques de passageiros (-57,2%) no mês de março de 2021. Os demais estados tiveram desempenhos melhores do que a média nacional, ainda assim negativos, em suas atividades turísticas e desembarque de passageiros em março de 2021. A seguir, em ordem crescente pelas taxas interanuais do IATUR e desembarque de passageiros, é apresentado o desempenho dos demais estados: Minas Gerais teve queda de 13,3% em seu turismo e 30,5% na chegada de passageiros em seus aeroportos. A Bahia registrou queda de 12,1% no turismo e 26,5% no desembarque de passageiros. Pernambuco e Espírito Santo registraram as menores quedas em suas atividades turísticas, -9,2% e -5,9%, respectivamente. Entretanto, o Espírito Santo apresentou um forte declínio nos desembarques de passageiros (-37,4%).

Gráfico 1 – Índice de Atividades Turísticas e Quantidade de Desembarques Total de passageiros - Brasil e Estados selecionados – Variação interanual dos meses entre 2019 e 2021.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O estado com a melhor recuperação de suas atividades turísticas, até então, foi o Espírito Santo, necessitando crescer 33,5% para retornar ao patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) em março de 2021. Em seguida, vêm a Bahia (41,6%), Minas Gerais (65,9%), Pernambuco (66,1%) e Ceará (105,7%), com suas respectivas taxas de crescimento necessárias para retornar aos patamares de fevereiro de 2020.

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues e Vicente Aníbal Da Silva Neto, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da Unifor.

7 Mercado de Trabalho

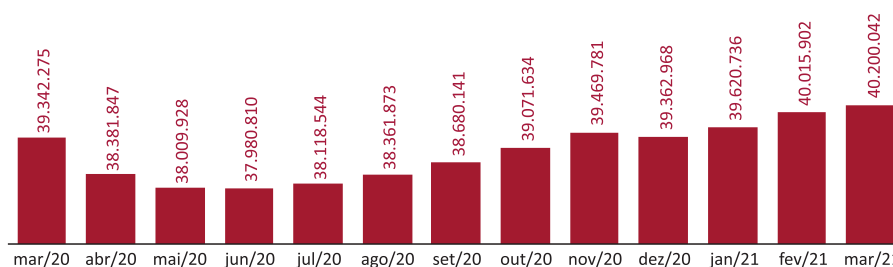
Mesmo com os efeitos adversos da pandemia da Covid-19 no âmbito econômico e social em todo o território brasileiro, de um modo geral, os últimos dados indicam que as condições do mercado de trabalho formal vêm se mostrando bastante animadores.

A partir do segundo semestre de 2020, o nível de emprego celetista no Brasil seguiu tendência de expansão. No entanto, em dezembro de 2020, diante de aumento dos casos de Covid-19 e na tentativa de conter a contaminação do vírus em períodos festivos de fim de ano, houve o endurecimento às restrições de isolamento social. Consequentemente, o estoque de emprego regrediu em dezembro de 2020, atingindo 39,3 milhões de empregos formais (Gráfico 1).

Segundo o Ministério da Economia, entre janeiro e março de 2021, o estoque de emprego no Brasil contabilizou sucessivos ganhos. Consequentemente, registrou-se aumento no nível de emprego no País, que chegou a 40,2 milhões em março de 2021, expandindo-se 2,2% em relação ao do mesmo período de 2020, e de 2,1% frente a dezembro de 2020, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

Por tanto, para o primeiro semestre de 2021, a estimativa do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, seguirá tendência de crescimento, numa perspectiva de cenário otimista, diante do avanço da imunização da população brasileira e redução dos novos casos de Covid-19.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do Estoque de emprego¹ – março de 2020 a março de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego, no Brasil, as contratações superaram as demissões com carteira assinada em 837.074 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a março de 2021. Foram 769.983 postos de trabalho, superior ao resultado do mesmo período de 2020, quando o saldo foi de 67.091 vagas de emprego, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, todos os cinco grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no primeiro trimestre de 2021, de acordo com dados disponibilizados na Tabela 1.

Serviços (+341.246 empregos) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho no acumulado dos três primeiros meses de 2021. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nas atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras (+172.027) e Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+134.096). Em menor proporção, registraram saldo positivo de emprego em Transporte, armazenagem e correio (+24.386), Outros Serviços (+17.468) e Serviços domésticos (+97). No período em análise, apenas Alojamento e alimentação (-6.828 postos) reduziu o nível de emprego.

No mesmo período, a Indústria Geral também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 227.627 novos postos de trabalho. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, em que a Indústria de Transformação (+216.024) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho, com destaque na geração de emprego na Confecção de artigos do vestuário (+32.034) e Fabricação de Produtos de Metal, exceto máquinas e equipamentos (+20.573). Mesmo em menor proporção, as demais subatividades computaram positivamente no primeiro trimestre de 2021: Água,

Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (+5.799), Indústria extrativa (+5.148) e Eletricidade e gás (+556).

O setor da Construção ampliou o nível de emprego em 113.312 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a março de 2021. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade de Serviços especializados para a construção (+40.588) e construção de edifícios (+40.405) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2021. A subatividade Obras de infraestrutura (+32.318) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

Comércio apresentou expansão de +94.623 empregos no País, no primeiro trimestre de 2021. O segmento Comércio Atacadista registrou saldo com incremento de 46.097 empregos. Na sequência, tem-se a ampliação do nível de emprego do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+27.970) e Comércio Varejista (+20.556).

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego de 60.575 vagas, no primeiro trimestre de 2021. No período em análise, o cultivo de soja (+12.656), maçã (+7.593) e cereais (+3.278), criação de bovinos (+9.782) e aves (+1.373) foram as atividades agropecuárias que mais geraram emprego. Na produção florestal (+4.734), a Produção de Florestas Plantadas (+2.880) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de emprego.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica – 1º trimestre 2020 e 2021

Grupamento de Atividades Econômicas	Acumulado 1º trim 2020				Acumulado 1º trim 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	238.188	225.581	12.607	0,81	270.435	209.860	60.575	3,77
Comércio	1.030.767	1.152.104	-121.337	-1,29	1.092.789	998.166	94.623	1,01
Construção	441.087	399.225	41.862	1,93	495.562	382.250	113.312	4,98
Indústria geral	757.670	697.415	60.255	0,81	918.401	690.774	227.627	3,01
Serviços	2.112.413	2.038.338	-371	0,40	2.163.381	1.822.135	341.246	1,84
Não identificado	0	371	74.075	-39,34	0	309	-309	---
Brasil	4.580.125	4.513.034	67.091	0,17	4.940.568	4.103.494	837.074	2,13

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, no primeiro trimestre de 2021, Sudeste (+405.608) e Sul (+240.059) foram as regiões que obtiveram maior saldo positivo de emprego. Na sequência, Centro-Oeste (+94.605), Nordeste (+69.080) e Norte (+27.939) também incrementaram no nível de emprego (Tabela 2).

Serviços foi o setor que mais ampliou o nível de emprego em todas as regiões do País, no primeiro trimestre de 2021. Entre as subatividades, destaca-se o saldo de emprego da Saúde Humana e Serviços (+85.221, no País), com maior engajamento de geração de novos postos de trabalho no Sudeste (+42.744) e no Nordeste (+17.243).

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo – 1º trimestre 2020 e 2021

Brasil e Regiões	Acumulado 1º trim 2020				Acumulado 1º trim 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Norte	188.845	181.563	7.282	0,41	195.981	168.042	27.939	1,53
Nordeste	557.442	625.949	-68.507	-1,08	623.334	554.254	69.080	1,08
Sudeste	2.404.294	2.404.589	-295	0,00	2.552.779	2.147.171	405.608	2,00
Sul	1.012.189	916.391	95.798	1,30	1.134.821	894.762	240.059	3,23
Centro-Oeste	417.334	384.149	33.185	1,01	433.538	338.933	94.605	2,85
Não identificado	21	393	-372	-0,33	115	332	-217	-0,20
Brasil	4.580.125	4.513.034	67.091	0,17	4.940.568	4.103.494	837.074	2,13

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Mesmo com os impactos da pandemia, o comportamento do mercado de trabalho no Nordeste foi desafiador. A Região aumentou o nível de emprego em 69.080 postos de trabalho, no primeiro trimestre de 2021. Este cenário de ampliação do estoque de emprego no início de 2021 é bastante animador, se comparado ao mesmo período de 2020, em que o saldo de emprego foi negativo em -68.507 postos de trabalho (Tabela 3).

O resultado do emprego no primeiro trimestre de 2021 deriva da combinação do retorno mais intensivo das atividades dos setores de Serviços e do Comércio e dos investimentos no setor da Construção Civil, que contribuíram positivamente no agregado da Região.

Neste período, entre os cinco grupos da atividade econômica, o desempenho do setor de Serviços (+51.675) foi o mais expressivo. Todas as subatividades de Serviços pontuaram positivamente, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras (+23.741) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (+20.934).

Comércio (+22.352) foi o segundo setor que obteve o maior saldo no acumulado de janeiro a março de 2021. Com a reabertura do Comércio, com foco no marketing digital e atendimento personalizado, ocorreu ampliação das vendas *on line*. Desta forma, o impacto positivo recaiu nas três subclasses do setor, com maior visibilidade para o Varejo (+11.940).

Construção (+16.467) foi impulsionado com investimentos na Construção de Edifícios, com formação de 9.385 novos empregos formais na Região no primeiro trimestre de 2021. Os agrupamentos de Serviços especializados para Construção (+3.736) e Obras de Infraestrutura (+3346) também contribuíram com novos postos de trabalho no agregado regional.

A Agropecuária (-7.530) apresentou saldo de emprego negativo no acumulado de 2021. Entre as atividades com resultado positivo, destacam-se o cultivo de uva (+1.884) e manga (+661), além da produção florestal (+926). No entanto, houve saldo de emprego negativo no cultivo da cana-de-açúcar (-5.294), devido ao período do fim de colheita nesta safra. No cultivo de melão (-4.872), o saldo negativo está atrelado à redução da colheita de melão em virtude da dificuldade de vendas, devido aos estoques se encontrarem elevados nos grandes centros.

Na Indústria (-13.884), Água e Esgoto (+1.099), Indústrias Extrativas (+716) e Eletricidade e Gás (+333) obtiveram saldo positivo. No entanto, Indústria geral (-16.032) resultou em saldo negativo diante do desempenho da Fabricação de Açúcar (-31.706). O impacto da perda de emprego foi devido à redução significativa da produção de açúcar, influenciada pela queda nos preços internacionais da *commodity*.

Tabela 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade – 1º trimestre 2020 e 2021

Atividade Econômica	Acumulado 1º trim 2020				Acumulado 1º trim 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	19.021	35.133	-16.112	-6,38	24.055	31.585	-7.530	-2,95
Comércio	136.152	150.550	-14.398	-0,89	151.838	129.486	22.352	1,37
Construção Civil	79.846	78.828	1.018	0,24	85.972	69.505	16.467	3,75
Indústria	71.183	113.915	-42.732	-4,15	92.261	106.145	-13.884	-1,34
Serviços	251.240	247.523	3.717	0,12	269.208	217.533	51.675	1,71
Nordeste	557.442	625.949	-68.507	-1,08	623.334	554.254	69.080	1,08

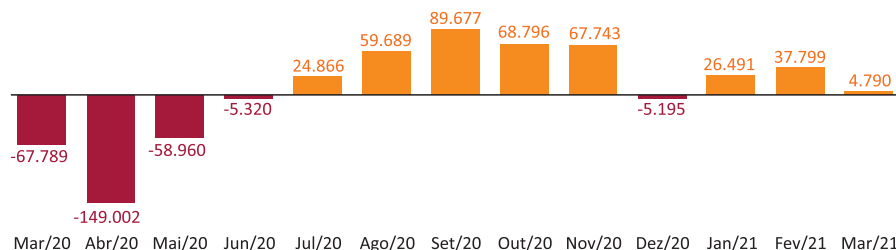
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

No Gráfico 2, tem-se a trajetória do saldo de empregos nos últimos 12 meses. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego formal na Região, registrando saldo positivo nos meses subsequentes.

Em dezembro de 2020, verifica-se quebra dessa tendência de crescimento no nível de emprego, quando o saldo pontuou negativamente na Região, com -5.195 postos de trabalho.

No entanto, segundo o Ministério da Economia, os dados revelam recuperação e manutenção do ritmo do número de contratações na Região a partir de janeiro de 2021. Desta forma, contribuindo na formação do saldo positivo no primeiro trimestre de 2021.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do Saldo - março de 2020 a março de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Nas Unidades Federativas do Nordeste, a movimentação do emprego não foi uniforme no primeiro trimestre de 2021.

Mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na economia regional, seis estados do Nordeste apresentam aumento no nível de emprego no primeiro trimestre de 2021. Neste período, Bahia (+42.718), Ceará (+17.363), Maranhão (+6.579), Rio Grande do Norte (+6.165), Piauí (+5.429) e Paraíba (+979) seguiram com saldo de emprego positivo. Quanto à evolução, com tendência de recuperação no mercado de trabalho, Rio Grande do Norte e Paraíba apresentaram taxa de crescimento líquida de emprego no primeiro trimestre de 2021 quando comparada ao mesmo período de 2020.

No entanto, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, com saldo negativo no primeiro trimestre de 2021, ainda se ressentem pela extinção de empregos ligados aos setores da Indústria e Agropecuária. Nestes Estados, o setor sucroalcooleiro foi penalizado pela perda de competitividade diante da desvalorização dos preços da cana-de-açúcar e de seus derivados.

Segundo o Ministério da Economia, Serviços e Comércio foram os setores que ampliaram o nível de emprego em todas as Unidades Federativas da Região, entre janeiro a março de 2021.

Em Serviços (+51.675), destaca-se a atividade de Serviços Prestados à Saúde Humana que na Região teve saldo positivo de 17.243 empregos. Desse total, com relevância significativa, os maiores saldos de empregos em Serviços Prestados à Saúde Humana foram na Bahia (+6.575), Ceará (+4.575), Pernambuco (+2.090) e Maranhão (+1.656).

No Comércio (+22.352), impulsionado pela a atividade da Construção, o Comércio varejista de material de construção apresentou saldo positivo de 4.805 empregos na Região, no 1º trimestre de 2021, sendo Bahia (+1.567), Pernambuco (+730), Ceará (+678) e Maranhão (+377) os estados com os maiores saldo positivo no ramo do Comércio varejista de material de construção.

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Admitidos, desligados e saldo – 1º trimestre 2020 e 2021

Estados	Acumulado 1º trim 2020				Acumulado 1º trim 2021			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Maranhão	40.234	39.039	1.195	0,25	47.529	40.950	6.579	1,31
Piauí	24.544	24.178	366	0,12	27.637	22.208	5.429	1,83
Ceará	108.795	106.877	1.918	0,17	119.156	101.793	17.363	1,48
Rio Grande do Norte	37.564	43.488	-5.924	-1,37	45.272	39.107	6.165	1,43
Paraíba	35.693	42.861	-7.168	-1,74	39.053	38.074	979	0,23
Pernambuco	102.544	132.192	-29.648	-2,39	112.586	112.608	-22	-0,00
Alagoas	27.491	47.197	-19.706	-5,65	29.118	38.652	-9.534	-2,70
Sergipe	21.501	26.224	-4.723	-1,70	22.860	23.457	-597	-0,22

Bahia	159.076	163.893	-4.817	-0,28	180.123	137.405	42.718	2,51
Nordeste	557.442	625.949	-68.507	-1,08	623.334	554.254	69.080	1,08

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Bahia (+42.718) registrou o maior saldo positivo na Região, no primeiro trimestre de 2021. Neste período, todas as atividades econômicas registraram crescimento no nível de emprego. Serviços (+16.674) obteve significativo saldo de emprego no acumulado do Estado. Na sequência, as atividades da Indústria Geral (+9.737), Construção (+6.727) e Comércio (+6.495) incrementaram no nível de emprego total da Bahia. A Agropecuária (+3.085, favorecido pela geração de emprego no *Cultivo de Lavouras Permanentes*, +1.574) também contribuiu com a formação de novos empregos no Estado.

Nesse período, Salvador (+10.475) despontou na geração de emprego no acumulado de janeiro a março de 2021. Serviços (+7626) lidera no ranking do saldo de emprego na capital, foi com forte presença das atividades de Saúde Humana e serviços sociais; Em Feira de Santana (+2.636), Serviços (+1.329) também registra o maior saldo de emprego, com bom desempenho das atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e administrativas (+1.277), de acordo com dados da Tabela 5.

Ceará (+17.363) apresentou 119.156 admissões contra 101.793 desligamentos, registrando o segundo maior saldo positivo no primeiro trimestre de 2021. Setorialmente, o Estado foi fortemente impactado pelos resultados de Serviços (+8.269, especialmente nas atividades de *Saúde Humana e serviços sociais*, +4.575) e da Indústria (+5.997, com maior peso das *Obras de Infraestrutura*, +2.300). As atividades ligadas ao Comércio (+2.259) e à Construção Civil (+2.078) também contribuíram com o resultado animador do mercado de trabalho no Estado. E, diante de todas as adversidades climáticas e com a eclosão da crise epidemiológica no Estado, o setor Agropecuária (-1.160) respondeu negativamente, reduzindo o nível de emprego.

Entre os municípios que mais geraram emprego, no primeiro trimestre de 2021, Fortaleza (+6.626) ampliou o nível de emprego com forte atuação da atividade de Saúde humana e serviços sociais (+2.755), contribuindo no agregado do setor de Serviços que obteve saldo positivo de 3.745 empregos. Na sequência, Indústria geral (+1.624), Construção (+1.487) e Agropecuária (+28) pontuaram no total do município. Apenas Comércio (-258) recuou o nível de emprego na capital cearense (Tabela 5).

Maranhão (+6.579) foi o terceiro maior gerador de empregos na Região, no acumulado de janeiro a março de 2021. Mesmo com restrições impostas à economia devido ao isolamento social, Serviços (+4.629) e Comércio (+2.801) foram as atividades econômicas que mais ampliaram o nível de emprego. O resultado do mercado de trabalho no Estado também teve contribuição do desempenho da Construção (+954). No entanto, a Agropecuária (-1.527) e Indústria (-278) reduziram o nível de emprego.

No primeiro trimestre de 2021, o município de São Luís (+3.684) apresentou o maior saldo positivo de emprego. Neste período, em São Luís, Serviços (+3.776) registrou maior saldo de emprego, com maior participação da atividade de Administração, educação, saúde humana e serviço social (+1.523), vide Tabela 5.

Rio Grande do Norte (+6.165) registrou saldo positivo no primeiro trimestre de 2021. Serviços (+5.827) despontou na geração de novos postos de trabalho. Construção Civil (+2.307), Comércio (+2.272) e Indústria (+249) também contribuíram para geração de novos postos de trabalho. Em contrapartida, Agropecuária (-4.490) registrou perdas de emprego.

No perfil municipal, Natal (+4.912) se destaca entre os municípios com maior saldo de emprego. Serviços (+3.691, com maior participação da atividade de Administração, educação, saúde humana e serviço social, +2.087) obteve maior saldo; seguido pela Construção (+778).

No Piauí (+5.429), houve ampliação no nível de empregos no primeiro trimestre de 2021. O resultado do saldo positivo foi decorrente principalmente da criação de novos postos de trabalho nos setores econômicos do Comércio (+1.970) e Construção (+1.255). Também pontuaram positivamente para o agregado total do Estado Indústria (+873), Serviços (+849) e Agropecuária (+482).

Teresina (+2.745) foi o oitavo município da Região com maior saldo de emprego no primeiro trimestre de 2021. A Capital foi impulsionada pela geração de emprego no Comércio (+1.135) e Serviços (+610), (Tabela 5).

Paraíba (+979) também obteve saldo positivo no balanço dos admitidos e desligados no primeiro trimestre de 2021. O resultado deriva, em grande parte, do desempenho favorável dos setores de Serviços (+3.739) e Comércio (+2.245). Também contribuiu para o saldo positivo a Construção Civil (+1.844), à medida que Agropecuária (-4.234) e Indústria (-2.615) registraram redução do nível de emprego.

O município de João Pessoa (+4.219) lidera o ranking de saldo de emprego no Estado (Tabela 5). Serviços (+2.328) obteve a maior contribuição na geração de emprego, tendo maior peso da atividade de Administração, educação, saúde humana e serviço social (1.493).

Pernambuco (-22) reduziu o estoque de emprego, ficando praticamente estável. Tal resultado deriva da ampliação do nível de emprego em Serviços (+7.910, tendo o segmento de *Atividades administrativas*, +2.405, e *Saúde Humana e serviços sociais*, +2.090 apresentado ganhos expressivos), vindo a seguir Construção (+2.815) e Comércio (+2.039). Os setores Agropecuário (-1.823) e Indústria Geral (-10.963) apresentaram saldo negativo.

Apesar dos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 ao mercado de trabalho, Recife (+3.932) é o quinto maior município no ranking do saldo de emprego na Região no primeiro trimestre de 2021 (Tabela 5). Serviços (+2.557) foi determinante na formação de emprego na capital de Pernambuco. Em Petrolina (+2.451), o destaque é o setor Agropecuário (+1.487), em que parte do saldo positivo de emprego foi devido ao cultivo de uva (+1.098).

Sergipe (-597) recuou o nível do estoque de emprego no primeiro trimestre de 2021. No agrupamento das cinco atividades econômicas, três registraram saldo positivo: Comércio (+942), Serviços (+807) e Construção Civil (+519). Já Indústria (-2.246) e Agropecuária (-619) obtiveram redução do nível de emprego.

Aracaju (+1.532) foi o município que ampliou o nível de emprego em regime CLT no primeiro trimestre de 2021. Serviços (+727) e Construção (+449) foram os setores que mais contribuíram no saldo total do município (Tabela 5).

Alagoas (-9.534) contraiu o nível de emprego de janeiro a março de 2021. Entre as atividades econômicas que contribuíram positivamente, Serviços (+2.971) foi impulsionada pelas atividades Administrativas (+684), da Saúde Humana e serviços sociais (+491) e Educação (+404). Comércio (+1.329) teve forte presença, principalmente do Comércio Varejista (+797). Também com resultado positivo, Construção (+449) aumentou no nível de emprego. Todavia, a Indústria (-12.939) registrou extinção de postos de emprego, com perdas significativas na *Fabricação e refino do açúcar* (-13.224). A agropecuária também foi penalizada com a perda de 1.344 postos de trabalho em regime CLT.

Diferentemente, a capital de Alagoas foi o sétimo município com maior saldo de empregos na Região no primeiro trimestre de 2021. Em Maceió (+3.438), Serviços (+1.380) obteve saldo significativo, com maior participação da Educação (+303) e Saúde Humana (+255). Os setores da Construção (+971), Indústria (+554), Comércio (+529) e Agropecuária (+4) também pontuaram positivamente no saldo de emprego.

Tabela 5 – Municípios: Saldo de emprego por atividade econômica – 1º trimestre 2021

Municípios	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços	Total
Salvador - BA	21	302	1.781	745	7.626	10.475
Fortaleza - CE	28	-258	1.487	1.624	3.745	6.626
Natal - RN	26	419	778	-2	3.691	4.912
João Pessoa - PB	34	792	892	173	2.328	4.219
Recife - PE	244	-366	893	604	2.557	3.932
São Luís - MA	1	228	-473	152	3.776	3.684
Maceió - AL	4	529	971	554	1.380	3.438

BNB Conjuntura Econômica Jan-Mar/2021

Municípios	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços	Total
Teresina - PI	59	1.135	455	486	610	2.745
Feira de Santana - BA	-9	644	110	562	1.329	2.636
Petrolina - PE	1.487	320	94	104	446	2.451
Vitória da Conquista - BA	20	425	319	1.098	341	2.203
Parnamirim - RN	-14	260	975	263	548	2.032
Luís Eduardo Magalhães - BA	205	502	167	275	572	1.721
Aracaju - SE	21	59	449	276	727	1.532
Simões Filho - BA	5	193	537	229	437	1.401
Demais municípios	-9.662	17.168	7.032	-21.027	21.562	15.073
Nordeste	-7.530	22.352	16.467	-13.884	51.675	69.080

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

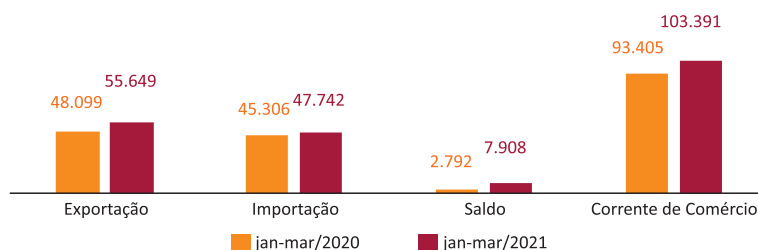
8 Comércio Exterior

A nova onda global da pandemia de Covid-19 não impactou fortemente o comércio externo brasileiro. No primeiro trimestre de 2021, as exportações do País, impulsionadas pelo aumento dos preços das commodities, somaram US\$ 55.649,4 milhões, registrando crescimento de 15,7%, comparativamente ao primeiro trimestre do ano passado. As importações, beneficiadas pela retomada da demanda interna, aumentaram 5,4%, alcançando US\$ 47.741,5 milhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia (Gráfico 1).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 103.390,9 milhões, no acumulado até março, contra US\$ 93.404,9 milhões, no ano anterior, acréscimo de 10,7%. O saldo da balança comercial, no trimestre, foi de US\$ 7.907,8 milhões, valor 183,2% superior ao registrado em mesmo período no ano anterior (US\$ 2.792,2 milhões).

Vale informar que esse superávit significativo da balança comercial foi devido à revisão da metodologia de compilação das estatísticas de comércio exterior. Dentre as alterações, estão exclusões e inclusões de operações de exportação e importação ao amparo de regimes aduaneiros especiais (como as importações fictas de plataformas de petróleo); contabilização da energia elétrica gerada por Itaipu nas importações e divulgação de informações inéditas de frete e seguro nas importações. Com a nova metodologia, toda a série histórica, iniciada em 1997, foi revisada.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-mar/2021/2020 - US\$ Milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, de janeiro a março deste ano, os produtos da Indústria de Transformação foram responsáveis por 51,8% das vendas externas, com crescimento de 5,4%, no período em análise. A recuperação das exportações industriais foi devida, principalmente, ao acréscimo nas vendas, em valores percentual e absoluto, de Açúcares e melaços (+43,9%, +US\$ 561,4 milhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais (+28,6%, +US\$ 346,7 milhões), Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+28,0%, +US\$ 273,3 milhões) e Ouro, não monetário (+25,3%, +US\$ 248,8 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-mar/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-mar/2021		jan-mar/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	10.376,5	18,6	9.107,0	18,9	13,9
Indústria Extrativa	16.192,4	29,1	11.430,5	23,8	41,7
Indústria de Transformação	28.818,5	51,8	27.335,2	56,8	5,4
Outros Produtos	262,0	0,5	225,9	0,5	16,0
TOTAL	55.649,4	100,0	48.098,5	100,0	15,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

O setor Agropecuário, responsável por 18,6% das vendas externas, registrou crescimento de 13,9%, no período em análise. Os destaques foram as exportações de Soja (+8,1%, +US\$ 481,6 milhões), Café não

torrado (+23,2%, +US\$ 266,6 milhões), Algodão (+20,3%, +US\$ 198,0 milhões) e Milho (38,0%, +US\$ 196,0 milhões).

A Indústria Extrativa, com 29,1% de participação nas exportações totais do País, nos três primeiros meses de 2021, registrou crescimento nas vendas de 41,7%, ante mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de 102,3% nas vendas externas de Minério de ferro e seus concentrados (+US\$ 4.685,2 milhões), principal produto da pauta do País no trimestre (16,7% de participação), beneficiado pelo aumento do preço internacional do mineral (+73,0%).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 46,4% do total das vendas externas, no primeiro trimestre de 2021: China (31,6% do total: Minérios de ferro e seus concentrados – 32,5%; Soja – 26,4%, Óleos brutos de petróleo – 20,9%; etc); Estados Unidos (10,0%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 17,7%; Óleos brutos de petróleo – 5,7%; Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes – 5,5%; etc) e Argentina (4,7%: Veículos automotivos de passageiros – 14,4%; Partes e acessórios dos veículos automotivos – 8,8%; Minério de ferro e seus concentrados – 6,5%; etc). Relativamente ao primeiro trimestre de 2020, cresceram as exportações para a China (+28,0%), Estados Unidos (+7,4%) e Argentina (+20,5%).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela crescimento apenas nas aquisições de Bens de intermediários (+19,9%), no período em foco. As principais contribuições, em valores absolutos e percentual, vieram das aquisições de Insumos industriais elaborados (+US\$ 3.587,3 milhões, + 24,6%), Peças e acessórios para bens de capital (+US\$ 914,6 milhões, + 17,6%), Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria (+US\$ 280,7 milhões, + 75,2%) e Insumos industriais básicos (+US\$ 233,5 milhões, + 36,3%).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-mar/2021/2020 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	jan-mar/2021		jan-mar/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	6.112,0	12,8	8.583,2	18,9	-28,8
Bens intermediários	31.323,6	65,6	26.127,9	57,7	19,9
Bens de consumo	5.687,2	11,9	5.930,8	13,1	-4,1
Combustíveis e lubrificantes	4.609,7	9,7	4.655,8	10,3	-1,0
Bens não especificados anteriormente	9,0	0,0	8,7	0,0	4,3
TOTAL	47.741,5	100,0	45.306,4	100,0	5,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 4,1%, no período comparativo. As compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis decresceram 5,7%, com destaque para a queda na compra de Outros medicamentos contendo produtos misturados, para fins terapêuticos ou profiláticos, em doses, para venda a retalho (-14,6%, - US\$ 104,0 milhões). Por seu turno, as importações de Bens de consumo duráveis cresceram 3,3%, com destaque para as aquisições de Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, contendo pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela – computadores (+78,1%, +US\$ 27,2 milhões), Outros aparelhos eletrotérmicos, de uso doméstico (+78,2%, + US\$ 27,1 milhões), Outros veículos, equipados para propulsão, simultaneamente, com um motor de pistão alternativo de ignição por centelha (faísca) e um motor elétrico, exceto os suscetíveis de serem carregados por conexão a uma fonte externa de energia elétrica (+158,2%, +US\$ 36,6 milhões).

As importações de Bens de Capital retrocederam 28,8%, no período. Nos três meses do ano, as principais aquisições foram em Barcos-faróis, guindastes, docas, diques flutuantes e outras embarcações em que a navegação é acessória da função principal (7,8% da categoria), Veículos automotivos para transporte de mercadorias, com motor de pistão, de ignição por compressão, de peso em carga máxima <= 5 t (7,8%) e Aparelhos de recepção, conversão e transmissão ou regeneração de voz, imagens ou outros dados, incluindo os aparelhos de comutação e roteamento (5,6%).

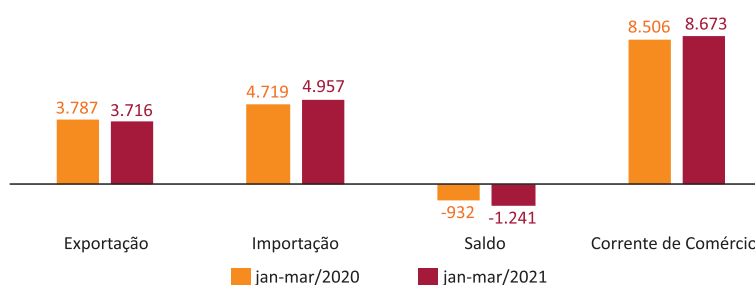
Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-mar/21, foram: China (22,8%), Estados Unidos (16,7%) e Argentina (5,5%). Comparativamente a jan-mar/20, cresceram as

aquisições oriundas da China (+8,1%) e Argentina (+16,0%) enquanto as compras vindas dos Estados caíram (-12,7%).

A Secex revisou as projeções para 2021 das exportações, US\$ 266,6 bilhões, com alta de 27% frente a 2020 e das importações, US\$ 177,2 bilhões, aumento de 11,6%. Consequentemente, o saldo comercial brasileiro estimado será de US\$ 89,4 bilhões (crescimento de 75%) e a corrente de comércio US\$ 443,8 bilhões (alta de 20,4%).

Com relação ao comportamento comércio exterior da Região Nordeste, no primeiro trimestre de 2021, as exportações totalizaram US\$ 3.716,4 milhões, queda de 1,9% relativamente a mesmo período de 2020 (Gráfico 2). As importações somaram US\$ 4.957,0 milhões, crescimento de 5,1%, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.240,6 milhões (maior que o déficit de US\$ 931,5 milhões acumulados de janeiro a março do ano passado), enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 8.673,4 milhões (aumento de 2,0%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-mar/2021/2020 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que o ligeiro decréscimo nas vendas externas foi puxado pelos produtos da Indústria de Transformação, responsável por 72,9% da pauta da Região. O setor registrou queda de 9,7%, no comparativo jan-mar/21 frente a jan-mar/20, devido, principalmente, à queda nas exportações de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (-71,4%, -US\$ 444,0 milhões) e Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados (-14,0%, -US\$ 33,1 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-mar/2021/2020- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-mar/2021		Jan-mar/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	628,6	16,9	602,7	15,9	4,3
Indústria Extrativa	346,3	9,3	157,3	4,2	120,2
Indústria de Transformação	2.710,9	72,9	3.002,5	79,3	-9,7
Outros Produtos	30,6	0,8	24,7	0,7	23,9
TOTAL	3.716,4	100,0	3.787,1	100,0	-1,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

As exportações do setor Agropecuário cresceram 4,3%, no período. Algodão, não cardado nem penteado (35,0% do setor) e Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (27,2%) foram os principais produtos exportados. Entretanto, as vendas externas de Algodão cresceram 36,7% (+US\$ 53,0 milhões), enquanto as de Soja decresceram 24,8% (-US\$ 56,3 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor subiram 120,2%, no período em análise. Os maiores acréscimos, em valor absoluto, ocorreram nas vendas de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+US\$ 134,0 milhões) e Minérios de cobre e seus concentrados (+US\$ 80,4 milhões).

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 41,7% das vendas externas da Região, no trimestre de 2021: Estados Unidos (18,0% do total: Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono – 24,3%, Catodos de cobre refinado e seus elementos, em formas brutas – 6,3%), Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso <= 0,5% de fósforo – 5,8%, etc.), China (15,3%: Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura – 27,2%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 25,6%, Algodão, não cardado nem penteado – 10,2%, etc) e Canadá (8,4%: Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial - 53,7%, Ouro (incluído o ouro platinado) em outras formas brutas, para usos não monetários - 30,7%, Outros açúcares de cana - 11,0%, etc). Comparativamente ao trimestre janeiro/março/2020, cresceram as vendas para os Estados Unidos (+13,4%), China (+14,1%) e Canadá (+19,6%).

Do lado das importações nordestinas, no acumulado de janeiro e março, em comparação a igual período do ano anterior, o crescimento de 5,1% foi devido às aquisições de Bens intermediários (66,5% de participação). As importações da categoria cresceram 20,4%, com destaque para o aumento nas compras externas de Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria (+US\$ 45,9 milhões, +45,2%), Insumos industriais básicos (+30,3%, +US\$ 47,6 milhões) e Insumos industriais elaborados (+27,5%, +US\$ 418,1 milhões).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-mar/2021/2020- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-mar/2021		Jan-mar/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	334,3	6,7	376,7	8,0	-11,3
Bens intermediários	3.296,0	66,5	2.736,7	58,0	20,4
Bens de consumo	282,5	5,7	325,9	6,9	-13,3
Combustíveis e lubrificantes	1.044,1	21,1	1.276,3	27,0	-18,2
Bens não especificados anteriormente	0,0	0,0	3,0	0,1	-98,9
TOTAL	4.957,0	100,0	4.718,6	100,0	5,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

Já as importações de Combustíveis e lubrificantes, 21,1% do total das aquisições nordestinas, recuaram 18,2%. As reduções mais significativas foram nas aquisições de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (-73,0%, -US\$ 80,1 milhões), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (-16,2%, -US\$ 99,4 milhões) e Óleos leves e preparações (-57,1%, -US\$ 170,5 milhões).

As importações de Bens de Capital retrocederam 11,3%, no período jan-mar/2021 ante jan-mar/2020. As compras de Equipamentos de transporte industrial regrediram 68,1%.

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 13,3%, nesse período comparativo. As compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis caíram 21,5% (-US\$ 58,3 milhões), com destaque para Alhos, frescos ou refrigerados (-63,2%), Antissoros e outras frações do sangue (-52,1%) e Medicamentos contendo insulina, mas não antibióticos, em doses, para venda a retalho (-52,0%). Por outro lado, as importações de Bens de consumo duráveis aumentaram 27,6% (+US\$ 14,9 milhões), com destaque para Outros aparelhos eletrotérmicos, de uso doméstico. (+103,1%) e Outros aparelhos receptores para radiodifusão combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som (+173,4%).

Os principais países de origem das importações nordestinas, no trimestre, foram: Estados Unidos (27,9%), China (16,4%) e Argentina (6,5%) que absorveram 50,8% do total. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2020, cresceram as compras oriundas da China (+20,4%) enquanto as dos Estados Unidos (-12,0%) e Argentina (-29,3%) recuaram.

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 91,1% das exportações e 89,5% das importações do Nordeste, no primeiro trimestre de 2021. Dos Estados da Região, Maranhão (+US\$ 196,9 milhões), Bahia (+US\$ 50,4 milhões) e Piauí (+US\$ 5,4 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial nesse período (Tabela 5).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-mar/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-mar/2021 /Jan-mar/2020	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-mar/2021/ Jan-mar/2020	
Maranhão	836,6	22,5	26,5	639,6	12,9	-8,5	196,9
Piauí	64,2	1,7	19,8	58,8	1,2	-44,3	5,4
Ceará	435,1	11,7	-21,4	753,9	15,2	12,7	-318,7
R G do Norte	73,1	2,0	-26,2	91,9	1,9	100,5	-18,7
Paraíba	33,4	0,9	5,1	142,7	2,9	-6,0	-109,3
Pernambuco	362,1	9,7	-4,5	1.342,5	27,1	-4,7	-980,4
Alagoas	151,7	4,1	24,0	197,3	4,0	-2,5	-45,6
Sergipe	8,8	0,2	-27,9	29,4	0,6	-37,3	-20,6
Bahia	1.751,4	47,1	-6,6	1.701,0	34,3	22,4	50,4
Nordeste	3.716,4	100,0	-1,9	4.957,0	100,0	5,1	-1.240,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 836,6 milhões, nos três primeiros meses de 2021, 26,5% superior ao registrado em mesmo período do ano anterior. As importações, no valor de US\$ 639,6 milhões, retrocederam 8,5%, gerando saldo superavitário na balança comercial de US\$ 196,9 milhões. O significativo aumento das vendas externas do Estado foi decorrente, principalmente, das exportações de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados que cresceram 244,6% (+US\$ 134,0 milhões). Por outro lado, a queda das importações foi motivada pela redução de 19,4% (-US\$ 97,6 milhões) nas compras de Combustíveis e Lubrificantes que responderam por 63,3% do total do Estado.

O Estado do Piauí acumulou superávit de US\$ 5,4 milhões, no acumulado até março de 2021, resultado de US\$ 64,2 milhões de exportações e US\$ 58,8 milhões de importações. Ante jan-mar/20, as exportações cresceram 19,8% e as importações decresceram 44,3%. As vendas de Mel Natural cresceram 435,6% no trimestre, gerando receita adicional de US\$ 11,3 milhões. Vale ressaltar que o Estado foi o maior exportador de Mel in natura, nesse período, responsável por 30,6% do total exportado do País. Por outro lado, o principal produto de exportação do Estado, Soja (30,4% da pauta) registrou queda nas vendas de 15,4% (-US\$ 3,5 milhões) devido breve estiagem no começo da safra. Já o decréscimo de 44,3% (-US\$ 46,7 milhões) nas importações foi causado, principalmente, pela queda na aquisição de Bens de Capital (-90,8%, -US\$ 11,5 milhões) e de Bens Intermediários (-38,1%, -US\$ 35,1 milhões).

O Estado do Ceará registrou, no acumulado até março/21, exportações no valor de US\$ 435,1 milhões, queda de 21,4%, ante mesmo período de 2020. As importações somaram US\$ 753,9 milhões, registrando crescimento de 12,7%. O resultado das trocas comerciais gerou déficit na balança comercial de US\$ 318,7 milhões. As vendas dos Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, 46,6% da pauta cearense, retrocederam 14,0% (-US\$ 33,1 milhões), no período. Pelo lado das importações, as aquisições de Bens de Capital (7,8% da pauta), Bens Intermediários (60,9%) e Bens de Consumo (3,7%) cresceram 40,0% (+US\$ 16,7 milhões), 32,1% (+US\$ 111,6 milhões) e 1,0% (+US\$ 288,4 milhões), respectivamente, no período em foco. Já as importações de Combustíveis e Lubrificantes (27,7% das aquisições) caíram 17,2% (-US\$ 43,5 milhões).

No Rio Grande do Norte, o saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 18,7 milhões, decorrente de US\$ 73,1 milhões de exportações e de US\$ 91,9 milhões de importações. No período em análise, as exportações decresceram 26,2%. Os principais produtos exportados, no acumulado do ano, foram: Melões frescos (39,4% da pauta), e Melancias frescas (8,5%). Relativamente a mesmo período do ano anterior, as vendas de Melões frescos e as de Melancias frescas registraram queda na receita de 0,9% (-US\$ 0,2 milhões) e 16,8% (-US\$ 1,2 milhão). Entretanto, a maior queda foi nas exportações de Sal marinho (-82,3%, -US\$ 17,4 milhões). Já as importações do Estado cresceram 100,5%. As aquisições de Bens Intermediários (88,4% da pauta) cresceram 138,3% (+US\$ 47,1 milhões), devido à importação de Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (US\$ 45,0 milhões).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 33,4 milhões e as importações alcançaram US\$ 142,7 milhões, gerando deficit de US\$ 109,3 milhões na balança comercial do Estado, no primeiro trimestre de 2021. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2020, as vendas externas aumentaram em 5,18%, impulsionadas pelas vendas de Álcool etílico (US\$ 4,8 milhões) e Outros açúcares de cana (US\$ 3,6 milhões). Por outro lado, as exportações de Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias (36,2% da pauta) caíram 24,5% (-US\$ 3,9 milhões), no período em foco. As importações retrocederam 6,0%, devido à redução nas aquisições de Bens Intermediários (-14,6%, -US\$ 15,8 milhões), Bens de Consumo (-19,1%, -US\$ 2,9 milhões) e Bens de Capital (-19,0%, -US\$ 2,0 milhões). Os Bens Intermediários participaram com 64,7% das aquisições, enquanto os Bens de Consumo e Bens de Capital representaram, respectivamente 8,5% e 6,0% da pauta de importação do Estado. Por seu turno, Combustíveis e Lubrificantes (20,8% das compras externas) cresceram 63,7% (+US\$ 11,5 milhões), no período em análise.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 362,1 milhões e as importações, US\$ 1.342,5 milhões, resultando em deficit de US\$ 980,4 milhões no saldo da balança comercial. As exportações caíram 4,5%, com destaque para a queda nas vendas de 76,3% (-US\$ 96,8 milhões) de Outros óleos de petróleo (principalmente Fuel Oil). Vale ressaltar o aumento de 45,2% (+US\$ 19,7 milhões) nas exportações de Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons), com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha, de cilindrada > 1.500 cm³ e <= 3.000 cm³. As importações retrocederam 4,7%, devido à queda de 30,5% nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-US\$ 123,2 milhões), de 27,9% de Bens de Capital (-US\$ 32,5 milhões) e de 14,2% de Bens de Consumo (-US\$ 18,8 milhões) que representaram 20,9%, 6,3% e 8,5%, respectivamente, da pauta importadora do Estado. Já as importações de Bens Intermediários (64,4% das aquisições) cresceram 14,3% (+US\$ 108,1 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 151,7 milhões, de janeiro a março de 2021, registrando aumento de 24,0%, relativamente ao mesmo período de 2020. As vendas do principal produto da pauta do Estado, Outros açúcares de cana (95,9% de participação) cresceram 43,9% (+US\$ 44,4 milhões), nesse período. Já as importações somaram US\$ 197,3 milhões, com decréscimo de 4,0%. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (67,8%) e Bens de Consumo (24,1%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 15,7% (+US\$ 18,2 milhões), as de Bens de Consumo caíram 35,8% (-US\$ 26,5 milhões). As trocas comerciais geraram deficit de US\$ 45,6 milhões.

Sergipe exportou US\$ 8,8 milhões, no trimestre em foco, valor 27,9% inferior ao total registrado em jan-mar/20. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda nas vendas de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (-47,1%, -US\$ 3,2 milhões). As importações totalizaram US\$ 29,4 milhões, com decréscimo de 37,3%. As aquisições foram distribuídas em Bens de Capital (20,2% da pauta), Bens Intermediários (71,4%) e Bens de Consumo (8,4%). A participação da categoria Combustíveis e Lubrificantes no total das importações do Estado foi insignificante neste primeiro trimestre de 2021. Relativamente ao primeiro trimestre de 2020, regrediram as aquisições de Bens Intermediários (-34,7%, -US\$ 11,2 milhões), Bens de Consumo (-39,5%, -US\$ 1,6 milhão) e Combustíveis e Lubrificantes (-99,9%, -US\$ 7,2 milhões) enquanto o investimento em Bens de Capital cresceu 72,5% (-US\$ 2,5 milhões). No acumulado do ano, a balança comercial ficou negativa em US\$ 20,6 milhões.

A Bahia acumulou superávit de US\$ 50,4 milhões, nos três primeiros meses de 2021. As exportações, US\$ 1.751,4 milhões, decresceram 6,6%, frente aos três primeiros meses de 2020. As maiores quedas, em percentual e valor absoluto, foram nas exportações de Outros óleos de petróleo, principalmente Fuel oil, (-69,6%, -US\$ 328,7 milhões), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (-15,3%, -US\$ 33,3 milhões) e Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (-20,6%, -US\$ 14,4 milhões). Por outro lado, aumentaram as vendas de Algodão, não cardado nem penteado (+31,7%, +US\$ 46,3 milhões), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+68,3%, +US\$ 44,1 milhões). Vale destacar ainda, as exportações, no trimestre, de Catodos de cobre refinado e seus elementos, em formas brutas (US\$ 87,7 milhões) e de Minérios de cobre e seus concentrados (US\$ 80,5 milhões). Já as importações atingiram US\$ 1.701,0 milhões, com acréscimo de 22,4% no período em foco. Cresceram as aquisições de Bens Intermediários (+29,1, +US\$ 310,1 milhões), principalmente de Insumos industriais elaborados (+44,0%, +US\$ 254,2 milhões).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no primeiro trimestre de 2021, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %– Jan-mar/2021

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial (32,0%), Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (22,6%), Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (14,7%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (54,3%), Óleos leves e preparações (7,1%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (4,7%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (30,4%), Mel natural (21,7%), Ceras vegetais (19,5%)	Produtos laminados planos, de ferro ou aços não ligados (21,8%), Outros produtos laminados planos, de ferro ou aços não ligados (12,1%), Fio-máquina de ferro ou aços não ligados (10,5%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (46,6%), Partes de outros motores/ geradores/ grupos eletrogeradores, etc. (6,5%), Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias (6,3%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (9,8%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (8,7%), Gás natural, liquefeito (7,9%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (39,4%), Melancias frescas (8,5%), Outros açúcares de cana (7,5%)	Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (49,0%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (13,9%), Coque de petróleo não calcinado (4,0%)
Paraíba	Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (36,2%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico (14,4%), Outros açúcares de cana (10,7%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (20,8%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (9,3%), Coque de petróleo não calcinado (8,5%)
Pernambuco	Automóveis de passageiros (17,5%), Poli(tereftalato de etileno) (13,5%), Outros açúcares de cana (10,4%)	Caixas de marchas (velocidade) e suas partes (7,7%), Propano, liquefeito (7,5%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (7,1%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (95,9%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (2,3%), Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento (1,1%)	1, 2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (15,0%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (2,9%), Cabos de fibras ópticas (2,7%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (41,1%), Óleo essencial de laranja (14,7%), Outros sucos de abacaxi, não fermentados (8,1%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (14,9%), Tubos flexíveis de ferro ou aço, mesmo com acessórios (10,9%), Gás natural liquefeito (9,4%)
Bahia	Algodão, não cardado nem penteado (11,0%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (10,5%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (8,2%),	Óleos leves e preparações (22,4%), Minérios de cobre e seus concentrados (9,5%), Gás natural, liquefeito (4,4%)
Nordeste	Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (8,3%), Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial (7,2%), Algodão, não cardado nem penteado (5,9%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (10,4%), Óleos leves e preparações (10,3%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (4,0%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-mar/2021

Estados	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	Canadá (27,9%), China (14,0%), Estados Unidos (12,6%)	Estados Unidos (57,6%), Rússia (6,3%), Países Baixos (Holanda)s (6,0%)
Piauí	China (37,0%), Estados Unidos (28,4%), Vietnã (10,2%)	China (29,8%), Rússia (26,4%), Egito (12,5%)
Ceará	Estados Unidos (52,8%), Coreia do Sul (9,5%), Países Baixos (Holanda) (3,6%),	Estados Unidos (28,5%), China (25,8%), Argentina (8,3%)
Rio Grande do Norte	Estados Unidos (19,8%), Espanha (18,8%), Países Baixos (Holanda) (15,9%)	China (58,3%), Argentina (15,8%), Estados Unidos (7,0%),
Paraíba	Países Baixos (Holanda) (11,7%), Estados Unidos (9,3%), Canadá (9,1%)	Estados Unidos (35,3%), China (18,2%), Argentina (10,5%)
Pernambuco	Argentina (24,3%), Cingapura (9,5%), Estados Unidos (7,4%)	Estados Unidos (23,2%), Argentina (10,3%), China (10,2%)
Alagoas	Uzbequistão (22,7%), Canadá (18,2%), Argélia (17,5%)	China (44,6%), Estados Unidos (20,5%), Chile (3,0%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (33,0%), Espanha (11,8%), Turquia (7,6%)	China (20,2%), Argentina (16,8%), Estados Unidos (12,8%),
Bahia	China (23,7%), Estados Unidos (15,3%), Cingapura (6,5%)	Estados Unidos (22,8%), China (15,3%), Chile (8,8%)
Nordeste	Estados Unidos (18,0%), China (15,3%), Canadá (8,4%)	Estados Unidos (27,9%), China (16,4%), Argentina (6,5%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/04/2021).

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. Na próxima conjuntura, que avalia o primeiro semestre de 2021, se incluirá a análise da arrecadação, o grau de endividamento do primeiro quadrimestre de 2021 e o índice de dependência financeira.

As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 17,2% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 43,5% do total das transferências.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 1º Trimestre de 2021 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	Total (3 = 1 + 2)	Participação (%)	1/3 (%)
Alagoas	1.741	1.305	3.046	1,5	57,2
Bahia	4.960	7.386	12.347	6,1	40,2
Ceará	3.258	3.778	7.036	3,5	46,3
Maranhão	3.038	2.396	5.434	2,7	55,9
Paraíba	2.108	1.820	3.928	1,9	53,7
Pernambuco	3.146	5.100	8.246	4,0	38,1
Piauí	1.868	1.341	3.209	1,6	58,2
Rio Grande do Norte	1.765	1.595	3.360	1,7	52,5
Sergipe	1.487	1.013	2.500	1,2	59,5
Nordeste	23.372	25.734	49.106	24,1	47,6
Espírito Santo	897	3.455	4.352	2,1	20,6
Minas Gerais	4.800	14.801	19.601	9,6	24,5
Brasil	53.773	149.844	203.618	100,0	26,4

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: A participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase metade (47,6%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 26,4%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas o Estado de Pernambuco tem a relação abaixo de 40,0%. Na Bahia, é 40,2%. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 59,5%, seguida pelo Piauí (58,2%) e Alagoas (57,2%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 53,5%.

Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 26,3 bilhões no ano de 2021, ante R\$ 22,4 bilhões em 2020, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +11,2%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto também aconteceu com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 1º Trimestre de 2020 e 2021 - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Alagoas	945	1.117	534	624	101	118
Bahia	2.097	2.437	2.157	2.523	182	212
Ceará	1.633	1.893	1.168	1.365	202	235
Maranhão	1.616	1.885	987	1.154	126	147
Paraíba	1.069	1.245	738	863	81	94
Pernambuco	1.544	1.795	1.135	1.351	113	148
Piauí	971	1.140	625	728	126	147
Rio Grande do Norte	936	1.085	582	681	73	85
Sergipe	927	1.076	351	411	73	85
Nordeste	11.738	13.673	8.275	9.698	1.077	1.270
Espírito Santo	351	407	432	490	48	47
Minas Gerais	1.008	1.192	3.083	3.608	121	141
Brasil	22.445	26.276	23.489	27.498	2.349	2.750

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a março de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 13,7 bilhões em 2021, em contraste com R\$ 11,7 bilhões, representando um ganho real de +10,6% em comparação com igual período de 2020. A Região recebeu 52,0% do total dos recursos desse Fundo no 1º trimestre de 2021. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2021, em comparação com 2020. Os valores obtidos em 2021 são: Bahia (R\$ 2,2 bilhões), Ceará (R\$ 1,9 bilhão), Maranhão (R\$ 1,9 bilhão) e Pernambuco (R\$ 1,8 bilhão) obtiveram 58,6% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 1,2 bilhão), Piauí, Alagoas, Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 1,1 bilhão, cada), com 41,4% do total.

O FPM no País somou R\$ 27,5 bilhões em 2021, em comparação com R\$ 23,5 bilhões em 2020 (Tabela 2). O ganho real foi de +11,2%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 9,7 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 8,3 bilhões em 2020, significando ganho real de +11,3%, em comparação com 2020 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparado com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no ano de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 8,0 bilhões), Ceará (R\$ 4,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 4,2 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,6 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 2,7 bilhões), Piauí (R\$ 2,3 bilhões), Rio

Grande do Norte (R\$ 2,1 bilhões), Alagoas (R\$ 2,0 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,3 bilhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 8,7 bilhões em 2020, ante R\$ 9,0 bilhões no ano anterior, representando perda de 7,1% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 4,0 bilhões, com perda real de -7,8%, comparado com 2019, quando foram alocados R\$ 4,2 bilhões. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar que a perda real de Recife (-17,0%), no ano de 2020, em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*, começa a ser recuperada neste ano, em função de que a capital, recuperou o coeficiente de participação, que tinha em 2019, em função da nova renda *per capita*, vigente em 2021. A capital recebeu R\$ 148 milhões, + 24,3% do que tinha recebido no primeiro trimestre de 2020.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2021. Fortaleza (R\$ 235 milhões), Salvador (R\$ 212 milhões), São Luís (R\$ 147 milhões), Recife (R\$ 148 milhões) e Teresina (R\$ 147 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 118 milhões), João Pessoa (R\$ 94 milhões), Natal (R\$ 85 milhões) e Aracaju (R\$ 85 milhões), com 30,0% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2021.

A Tabela 3, apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais no período de abril a junho de 2021, com base nas previsões do Tesouro Nacional. As previsões para 2021, com um aumento de 4,9% (FPE) e 4,8% (FPM), com relação aos valores reais de 2020, são com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021.

Tabela 3 – Previsões 2021 (abril a junho)¹ e 2021² - R\$ Milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	abr-jun	2021	abr-jun	2021	abr-jun	2021
Alagoas	1.277	3.276	713	2.062	134	390
Bahia	2.785	7.306	2.883	8.336	242	703
Ceará	2.163	5.695	1.560	4.513	269	781
Maranhão	2.154	5.626	1.318	3.813	168	488
Paraíba	1.423	3.724	986	2.851	107	312
Pernambuco	2.050	5.375	1.544	4.387	169	437
Piauí	1.303	3.378	831	2.414	168	488
Rio Grande do Norte	1.239	3.256	778	2.249	97	281
Sergipe	1.230	3.231	469	1.358	97	281
Nordeste	15.622	40.867	11.081	31.983	1.451	4.162
Espírito Santo	465	1.206	560	1.668	54	187
Minas Gerais	1.362	3.497	4.122	11.917	161	469
Brasil	30.021	78.073	31.418	90.782	3.142	9.078

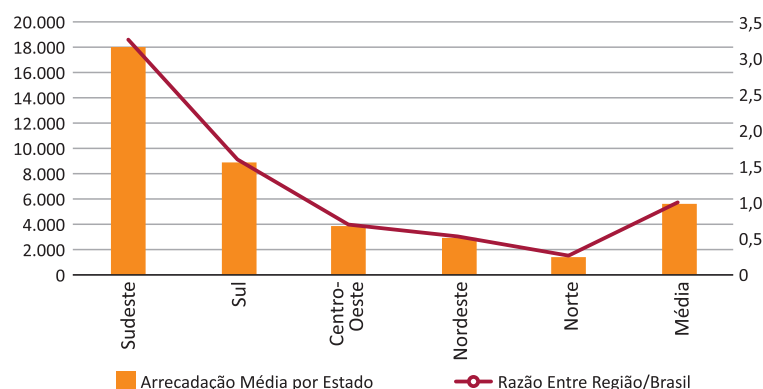
Fonte: BNB/Etene, com dados da STN Nota: (1) previsão de abril a junho de 2021, STN. 2021, PLOA 2021.

Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 149,8 bilhões em 2021, primeiro trimestre, ante R\$ 131,1 bilhões no mesmo período de 2020, significando um ganho real de +8,6%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2021, precisamente 48,4%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (17,2%), Centro-Oeste (10,2%) e Norte (6,5%).

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil – R\$ Milhões – 1º Trimestre de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada Estado da Região Sudeste, arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 18.125/R\$ 5.550). A média de arrecadação de cada estado nordestino, é apenas 0,5 da média nacional, enquanto que, na Região Norte, apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 25,7 bilhões de janeiro a março de 2021, em contraste com R\$ 22,1 bilhões em iguais meses de 2020, representando crescimento real de +10,7% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+11,5%), Norte (+9,5%), Sudeste (+8,2%) e o Sul (+5,5%), também obtiveram ganhos reais, apresentando um cenário de franca recuperação das finanças públicas, como já se havia constatado na área das transferências constitucionais, ver Tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2020 e 2021 – 1º Trimestre – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2020		2021		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	1.113	0,8	1.305	0,9	17,2	11,3
Bahia	6.246	4,8	7.386	4,9	18,3	12,3
Ceará	3.281	2,5	3.778	2,5	15,1	9,3
Maranhão	2.084	1,6	2.396	1,6	15,0	9,2
Paraíba	1.546	1,2	1.820	1,2	17,7	11,8
Pernambuco	4.317	3,3	5.100	3,4	18,1	12,2
Piauí	1.166	0,9	1.341	0,9	15,0	9,2
Rio Grande do Norte	1.440	1,1	1.595	1,1	10,8	5,2
Sergipe	895	0,7	1.013	0,7	13,2	7,5
Nordeste	22.089	16,8	25.734	17,2	16,5	10,7
Norte	8.498	6,5	9.793	6,5	15,2	9,5
Sudeste	63.621	48,5	72.498	48,4	14,0	8,2
Espírito Santo	2.979	2,3	3.455	2,3	16,0	10,2
Minas Gerais	12.763	9,7	14.801	9,9	16,0	10,1
Sul	23.858	18,2	26.511	17,7	11,1	5,5
Centro-Oeste	13.036	9,9	15.308	10,2	17,4	11,5
Brasil	131.102	100,0	149.844	100,0	14,3	8,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise. As maiores variações se encontram na Bahia (+12,3%), Pernambuco (+12,2%) e Paraíba (+11,8%). O menor desempenho é do Estado do Rio Grande do Norte (+5,2%). Os destaques da arrecadação baiana são os setores secundário (+19,2%) e terciário (+15,5%), que juntos representam 64,4%. Em Pernambuco, o setor secundário (+17,3%) e o de petróleo (+20,9%), detêm as maiores variações e representam 36,1 do total da arrecadação. O setor secundário (+15,5%) e o terciário (+17,0%), que representam 62,0% da arrecadação da Paraíba, são os destaques.

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,8%, 98,2% e 96,4% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais, média de janeiro a março de 2020 e de 2021, respectivamente.

Apenas um setor apresentou queda na arrecadação do primeiro trimestre de 2021, comparado com o mesmo período de 2020, energia (-1,9%). Apenas três estados apresentaram variações positivas na arrecadação deste setor: Espírito Santo (+17,1%), Pernambuco (+9,1%) e Maranhão (+1,2%). As maiores perdas vieram do Rio Grande do Norte (-10,7%), Sergipe (-8,0%) e Piauí (-8,7%).

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (41,9%), considerando a média dos anos de 2020 e 2021, primeiro trimestre. O ganho de arrecadação do setor, representa +5,8 pontos percentuais (p.p.), da variação na arrecadação do Nordeste (+10,7%) - o problema na arrecadação, se deve à baixa variação do segmento petróleo (+0,4 p.p.) e à perda em energia (-0,2 p.p.). Nenhum estado registrou perdas reais. As maiores variações se encontram no Maranhão (+22,6%), Piauí (+22,5%), Paraíba (+7,6%), Ceará (+5,8%), Bahia (+5,6%), Minas Gerais (+5,0%), Piauí (+3,2%) e Sergipe (+19,4%). Cabe registrar a baixa variação no Espírito Santo (+0,6%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 21,9% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos anos de 2020 e 2021, aumentou +16,4% em termos reais. O ganho do setor representa +3,6 p.p., do ganho de arrecadação da Região. Sergipe (+47,9%), Minas Gerais (+25,8%) e Piauí (+24,0%), têm os maiores ganhos reais no setor. Vale destacar a perda de arrecadação no Rio Grande do Norte (-46,9%), em que o setor representa 9,7% do total da arrecadação do Estado.

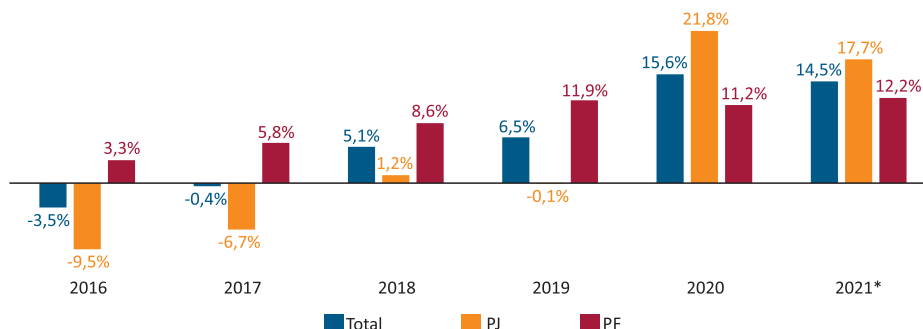
O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,1% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou um pequeno ganho real de +1,7%. Vale ressaltar as perdas em Sergipe (-61,7%), no Rio Grande do Norte (-9,5%) e Maranhão (-5,5%). Ainda assim, as surpresas na arrecadação deste setor são do Espírito Santo (+22,6%) e Pernambuco (+20,9%).

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. Este cenário ficou patente com a recuperação observada no primeiro trimestre de 2021, como comentado acima.

10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no mês de março alcançou a marca de R\$ 4,1 trilhões de reais, o que representa crescimento de 14,5%, quando comparado com o mesmo mês do ano de 2020. A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da pandemia da Covid-19.

Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento em relação ao ano anterior - 2016 a 2021*

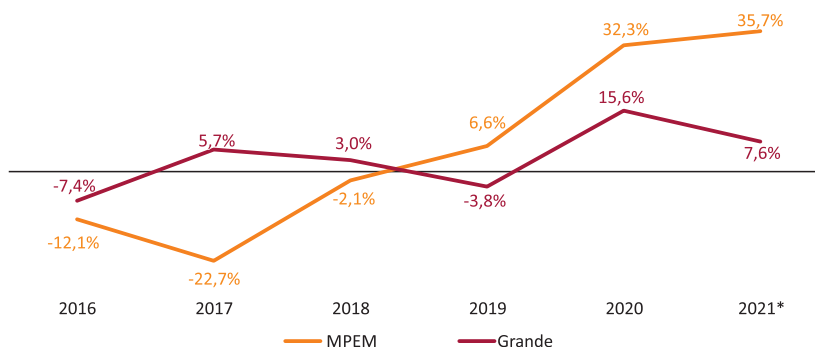


Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

*2021 refere-se a março no acumulado dos últimos 12 meses.

No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentem os efeitos econômicos do atual cenário desafiador, apresenta aceleração no saldo de crédito em 35,7% em março último, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021*



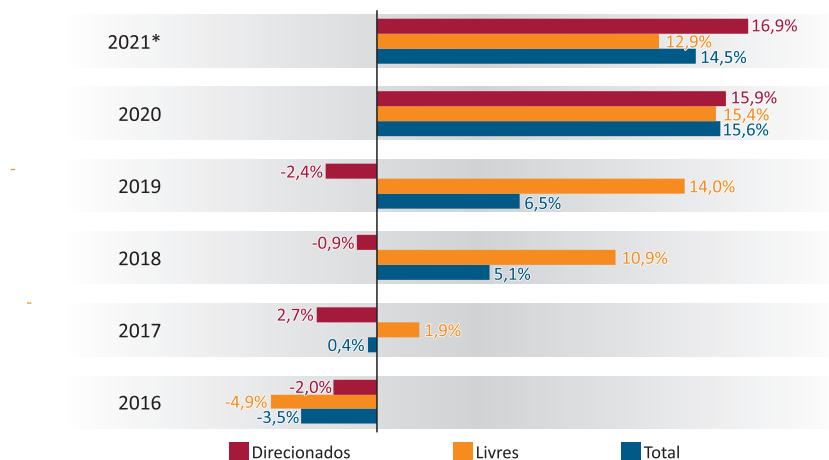
Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

*2021 refere-se a março no acumulado dos últimos 12 meses.

Após o crédito para pessoa física apresentar crescimento superior a pessoa jurídica por vários anos consecutivos, houve um ponto de inflexão nessa dinâmica em 2020, de forma que as pessoas jurídicas, apresentam avanço de 17,7% no saldo de crédito nos últimos 12 meses, enquanto o saldo de empréstimos e financiamentos para as famílias cresce 12,2%, na mesma base de comparação.

Entre as fontes de recursos, os recursos direcionados apresentaram velocidade de crescimento superior aos recursos livres. No 1º trimestre de 2021, os recursos direcionados avançam no saldo de crédito em 16,9%, e os recursos livres, foram elevados 12,9%. Vale dizer que os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados principalmente para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, respectivamente. Os recursos direcionados são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito, e claro, recursos destinados para minimizar os efeitos da pandemia.

Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em relação ao ano anterior - 2016 a 2021*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

*2021 refere-se a março no acumulado dos últimos 12 meses

De acordo com o Banco Central, comparando-se as concessões de crédito acumuladas no 1º trimestre de 2021, com o mesmo período do ano anterior, as concessões nominais cresceram 0,9%, compostas por expansão de 2,7% em pessoas jurídicas e retração de 0,8% em pessoas físicas.

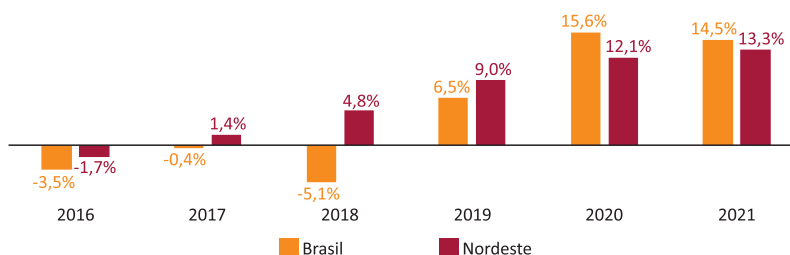
Ainda de acordo com o Banco Central, a taxa média de juros das operações contratadas em março alcançou 20,0% a.a., aumento de 0,2 p.p. no mês e redução de 2,7 p.p. em doze meses. O spread geral das taxas das concessões situou-se em 15,1 p.p., com declínios de 0,5 p.p. e 2,9 p.p., nos mesmos períodos.

A inadimplência recuou para 2,2%, variação de -0,1 p.p., distribuído nos segmentos de pessoas jurídicas (-0,2 p.p.) e físicas (-0,1 p.p.). Nas operações com recursos livres, a inadimplência permaneceu estável em 2,9%. Nas operações com recursos direcionados, o indicador recuou para 1,1%, com queda de 0,2 p.p., também distribuída nos segmentos de empresas (0,5 p.p.) e de famílias (0,1 p.p.)

O saldo de crédito no Nordeste atingiu o montante de R\$ 527,2 bilhões de reais, e acompanhando a dinâmica nacional do crédito, apresentou crescimento de 13,3% nos últimos 12 meses, terminados em março de 2021.

O crédito continua em trajetória crescente, em grande medida, devido à aceleração de crédito para as empresas, que registrou expansão de 17,5% nos últimos doze meses, enquanto pessoas físicas, apontou elevação em 11,4%. O saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinado às famílias representa 68,3% do total, cabendo a parcela restante (31,7%) às empresas.

Gráfico 4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2016 a 2021*



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

*2021 refere-se a março no acumulado dos últimos 12 meses.

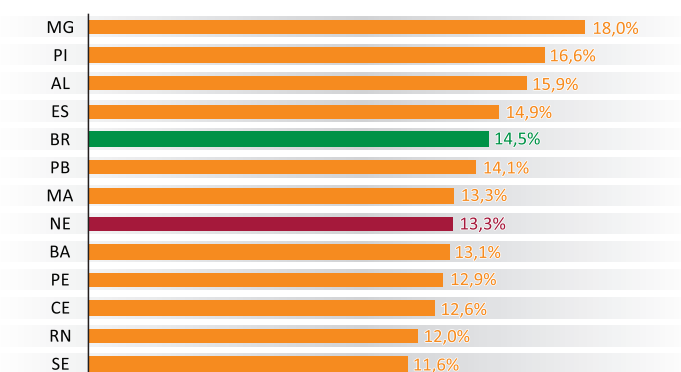
As empresas, influenciadas pelos impactos da Covid-19, demandaram crédito para equilibrar o fluxo de caixa, sobretudo para pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas e

insumos. As pessoas físicas buscaram recursos para mitigar as dificuldades no orçamento familiar. As renegociações e reescalamentos também contribuem para a elevação do saldo de crédito, haja vista postergação dos reembolsos das operações contratadas de empréstimos e financiamentos.

Nos últimos 12 meses, entre os estados da área de atuação do BNB, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram em Minas Gerais (+18,0%), Piauí (+16,6%), Alagoas (+15,9%) e Espírito Santo (+14,9%).

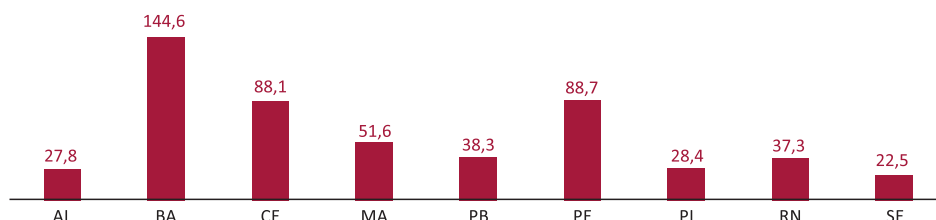
No montante total de crédito, na Região Nordeste, os destaques são Bahia (R\$ 144,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 88,7 bilhões) e Ceará (R\$ 88,1 bilhões).

Gráfico 5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Março de 2021



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

Gráfico 6 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Nordeste – R\$ Bilhões – Março de 2021

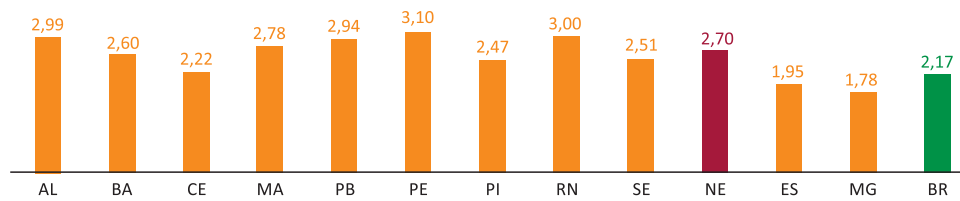


Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

A taxa de inadimplência nordestina foi 2,70% no final de março de 2021, queda de 1,44 p.p. quando comparado com o mesmo mês do ano anterior (4,14%). A inadimplência das pessoas jurídicas encerrou o 1º trimestre de 2021 em 1,34%, redução de 1,71 p.p. quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Na carteira de pessoas físicas, a inadimplência foi de 3,33%, redução de 1,29 p.p. em relação a março de 2020. No período entre janeiro a maio de 2020, é interessante ressaltar, a inadimplência “ensaiou” elevação, mas logo apresentou ponto de inflexão, em grande medida, devido às políticas monetárias e creditícias adotadas pelo Banco Central que empurraram a taxa de inadimplência para baixo.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, Pernambuco (3,10%), Rio Grande do Norte (3,00%), Alagoas (2,99%), Paraíba (2,94%) e Maranhão (2,78%) apresentaram inadimplências acima da média regional (2,70%). Por outro lado, Bahia (2,60%), Sergipe (2,51%), Piauí (2,47%), Ceará (2,22%), Espírito Santo (1,95%) e Minas Gerais (1,78%) registraram inadimplências abaixo da média do Nordeste.

Gráfico 7 – Inadimplência – Brasil, Nordeste e Estados da Área de Atuação do BNB % – Março de 2021



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, 2019, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 61,4% ganham até 2 salários mínimos. Este percentual cai para 49,3% no País como um todo. A ampliação do limite para 3 salários mínimos, apresenta que 73,3% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 66,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1.

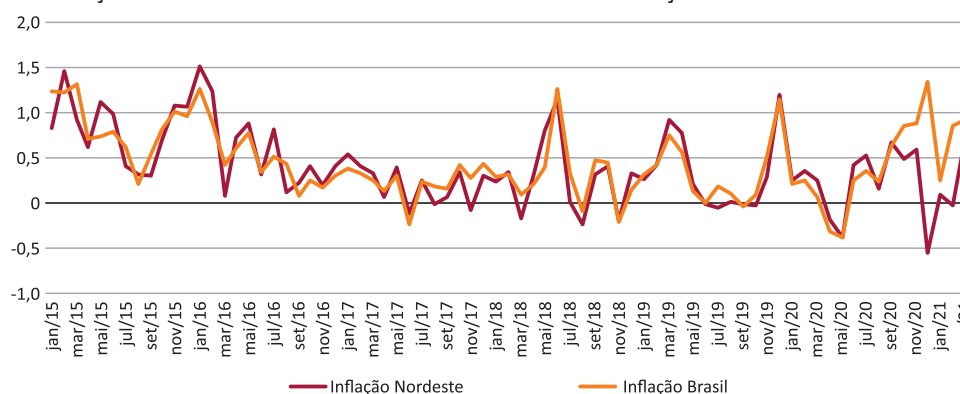
Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios por Faixa de Remuneração – RAIS 2019

Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	7,7	44,6	15,1	67,4
Nordeste	11,1	50,3	11,9	73,3
Sudeste	4,4	41,6	18,3	64,3
Sul	4,9	41,0	21,0	66,9
Centro-Oeste	5,8	41,7	15,4	62,9
Brasil	6,0	43,3	17,2	66,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Rais 2020, Ministério da Economia. Nota: SM – salário-mínimo.

As inflações do Brasil e do Nordeste tendem a convergir, quando comparadas em uma série longa, ou seja, de janeiro de 2015 a março de 2021, conforme especificado no Gráfico 1. É importante ressaltar, contudo, que os efeitos da inflação ocorrem no curto prazo, impactando os preços de produtos e de outros ativos da economia, que sofrem perdas, às vezes, irreversíveis. Enquanto a média da inflação, no período citado acima, alcançou 0,40% no Brasil e 0,45% no Nordeste, mostrando uma volatilidade muito parecida e aceitável, quando os desvios com relação às médias foram de 0,43% (BR) e 0,40% (NE), as variações ficam muito diferentes quando o período é mais curto. Tomando como exemplo o período dos últimos 12 meses, terminados em março de 2021, os resultados diferem de forma mais expressiva, considerando que a média do IPCA atingiu 0,21% no Brasil e 0,50% no Nordeste.

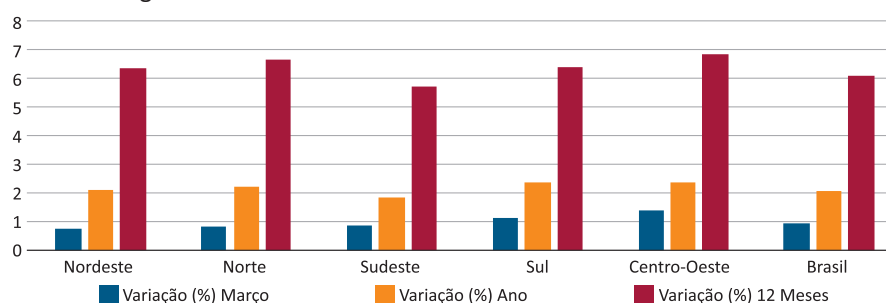
Gráfico 1 – Inflação Mensal no Brasil e Nordeste - Em % - 2015 a Março de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

A inflação do Nordeste em março foi 0,74%, a menor entre as regiões do País. Isto melhorou sua posição no ano (a segunda menor, +2,09%) e em 12 meses (+6,37%, só perde para o Sudeste, +5,72%). O destaque é que a Região tem os três menores IPCA's do mês: Fortaleza (+0,74%), São Luís (+0,70%) e Recife (+0,62%).

Gráfico 2 – IPCA nas Regiões Brasileiras - %



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Os maiores impactos em março, na Região, vieram dos grupos Transportes (+3,34% e impacto de 0,61 p.p) e Alimentação e Bebidas (+0,42% e impacto de 0,10 p.p). No ano de 2021, a inflação do Nordeste, também foi impactada pela inflação nos Transportes (+6,42% e impacto de 1,18 p.p.), Alimentação e Bebidas (+1,92% e impacto de 0,42 p.p.) e Educação (+4,07% e impacto de 0,25 p.p.). Somente estes três grupos, representam quase a totalidade da inflação de 2021 no Nordeste, ao representar quase cerca de 89% do impacto inflacionário.

No grupo Transportes, na Região Nordeste, os destaques são a gasolina (+21,6%) e o óleo diesel (+18,0%). Cabe destacar as quedas em passagens aéreas (-26,2%) e transporte por aplicação (-27,4%). A surpresa no grupo Alimentação e Bebidas, é o subgrupo alimentação fora de casa (+2,4%) que, no Nordeste, superou a variação do grupo alimentação dentro de casa (+1,9%). A inflação média nordestina do lanche foi o principal destaque (+5,0%) na alimentação fora de casa. Os subgrupos pré-escola (+11,7%) e ensino fundamental (+7,8%), são as principais variações no grupo Educação no Nordeste. Vale ressaltar que três grupos estão com deflação no ano: Vestuário (-0,6%), Habitação (-0,4%) e Comunicação (-0,3%).

Tabela 2 – Inflação no Brasil e Nordeste - % - Março e Ano de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%)				Impacto (p.p)			
	mar/21		Ano		mar/21		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	0,93	0,74	2,05	2,09	0,93	0,74	2,05	2,09
Alimentação e Bebidas	0,13	0,42	1,42	1,92	0,03	0,10	0,28	0,42
Habitação	0,81	0,22	0,13	-0,36	0,12	0,03	0,02	-0,05
Artigos de Residência	0,69	0,54	2,23	2,26	0,03	0,02	0,09	0,09
Vestuário	0,29	-0,14	0,60	-0,59	0,01	-0,01	0,03	-0,03
Transportes	3,81	3,34	6,61	6,42	0,77	0,61	1,34	1,18
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,02	0,21	0,92	1,19	0,00	0,03	0,12	0,17
Despesas Pessoais	0,04	0,07	0,60	0,76	0,00	0,01	0,06	0,07
Educação	-0,52	-0,53	2,08	4,07	-0,03	-0,03	0,13	0,25
Comunicação	-0,07	-0,33	-0,18	-0,32	0,00	-0,02	-0,01	-0,02

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Entre as capitais nordestinas pesquisadas, Fortaleza (+2,59%) e Aracaju (+2,54%), apresentam inflações no ano, maiores que a média regional, e a média das outras regiões.

Contudo, o mês de março provocou uma reação benéfica na dinâmica da inflação na Região, que, agora, apresenta a segunda menor variação de preços no ano e em 12 meses.

Tabela 3 – Inflação no Nordeste e Capitais Seleccionadas - Variação Acumulada (%) no Primeiro Trimestre de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral	2,59	1,91	2,01	2,54	1,84	2,09
Alimentação e Bebidas	2,34	1,62	2,30	2,16	0,54	1,92
Habitação	1,18	-0,86	-1,13	-0,39	0,94	-0,36
Artigos de Residência	2,49	1,72	2,17	2,55	3,26	2,26
Vestuário	-0,09	-0,20	-1,14	-2,06	0,14	-0,59
Transportes	5,34	6,46	6,71	8,01	6,43	6,42
Saúde e Cuidados Pessoais	1,50	1,25	1,31	0,92	0,28	1,19
Despesas Pessoais	0,97	0,66	0,60	1,14	0,98	0,76
Educação	7,74	2,88	3,05	6,66	3,21	4,07
Comunicação	-0,34	0,00	-0,63	0,09	-0,21	-0,32

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Em Alimentação e Bebidas, as maiores variações são de Fortaleza (+2,34%) e Salvador (+2,30%). O subgrupo alimentação fora do domicílio foi o que mais aumentou, +2,8% (Fortaleza) e +2,6% (Salvador). Neste, os principais impactos são lanche, +6,7% (Fortaleza) e +5,9% (Salvador) e refrigerante e água mineral, +3,9% (Fortaleza) e +3,5% (Salvador). Em Fortaleza, as principais variações no subgrupo alimentação dentro do domicílio (+2,2%), vieram de tubérculos (+5,8%), Hortaliças (+5,5%), frutas (+5,0%) e banana-prata (+5,3%). Em Salvador, as principais variações vêm de banana prata (+12,4%), frutas (+6,3%) e manteiga (+5,1%).

No grupo Transportes, Aracaju (+8,0%) e Salvador (+6,7%), têm com principais impactos os combustíveis, gasolina, +22,0% (Aracaju) e +26,7% (Salvador); óleo diesel, +18,7 (Aracaju) e +19,0% (Salvador) e o etanol, em Salvador (+32,8%).

Pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, são os principais impactantes em Fortaleza, +16,3%, +11,7% e +11,8%, respectivamente, assim como em Aracaju, +28,6%, +15,3% e +11,3%, nessa ordem.

A inflação em 12 meses, no Nordeste (+6,37%), foi deveras afetada pela variação no grupo Alimentação e Bebidas (+14,0%), Transportes (8,7%) e Artigos de Residência (+7,4%). No grupo dos alimentos, surpreendem as variações no óleo de soja (+79,0%), arroz (+60,4%), carnes (+31,9%) e açúcar cristal (+21,8%). No grupo Habitação, o grande vilão é o gás de botijão (+22,0%), em Transportes, gasolina (+23,2%), etanol (+18,6%) e óleo diesel (+18,6%), são as principais variações. Cama, mesa e banho (+11,0%) e aparelhos domésticos (+12,3%), carregam a inflação em Artigos de Residência.

Tabela 4 – Inflação no Nordeste e capitais seleccionadas - Variação Acumulada (%) em 12 Meses, Terminados em Março de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral	7,10	6,62	5,70	5,25	7,27	6,37
Alimentação e Bebidas	15,45	12,31	14,04	12,19	16,02	13,98
Habitação	6,63	5,83	5,65	3,28	4,96	5,67
Artigos de Residência	7,09	9,17	6,61	5,58	7,51	7,37
Vestuário	2,10	0,51	-8,17	-8,64	0,97	-3,01
Transportes	6,71	10,22	8,04	10,60	10,48	8,73
Saúde e Cuidados Pessoais	2,65	2,24	3,11	2,88	1,93	2,66
Despesas Pessoais	2,20	0,57	1,17	1,26	2,52	1,38
Educação	3,14	2,95	-2,29	-0,18	-2,51	0,24
Comunicação	2,72	4,40	3,93	2,80	2,80	3,61

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

12 Cesta Básica

Cesta básica do Nordeste e capitais

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais 2019), 49,3% dos trabalhadores cadastrados ganham até dois salários mínimos, no Brasil, e 61,4%, no Nordeste. Ampliando-se para três salários mínimos, estes percentuais são 66,5% e 73,3%, respectivamente. Vê-se, então, a importância dos gastos com alimentos básicos para esse extrato da população. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calculou que o custo do conjunto de alimentos essenciais subiu -1,6% no Brasil em março de 2021. Os maiores impactos foram verificados nos preços do tomate (variação de -10,9% e impacto de -1,1 p.p.), do arroz, farinha e batata (variação de -13,3% e impacto de -0,5 p.p.) a banana (variação de -4,9% e impacto de -0,5 p.p.), ver Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) e impactos (p.p.) dos produtos da cesta básica no Brasil e Nordeste – Março e 1º Trimestre de 2021

Cesta Básica	Variação - %				Impactos			
	mar/21		Ano		mar/21		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	-1,6	-1,3	-0,6	-1,8	-1,6	-1,3	-0,6	-1,8
Carne	0,2	0,6	3,8	2,2	0,1	0,5	1,2	0,6
Pão	1,0	0,8	1,7	3,3	0,1	0,1	0,2	0,5
Banana	-4,9	-1,8	-17,8	5,2	-0,5	-0,1	-0,1	0,4
Tomate	-10,9	-11,0	-15,6	-25,0	-1,1	-1,4	-1,5	-3,2
Leite	-1,0	-5,0	-3,9	-8,1	-0,1	-0,3	-0,2	-0,5
Manteiga	1,2	2,2	2,4	3,2	0,1	0,2	0,1	0,2
Feijão	2,5	0,8	4,3	4,4	0,1	0,1	0,3	0,3
Arroz, Farinha e Batata	-13,3	-3,0	-19,9	-3,8	-0,5	-0,1	-0,7	-0,1
Açúcar, Café e Óleo	1,6	-0,7	4,1	3,9	0,0	0,0	0,1	0,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

A Região Nordeste registrou uma variação no custo da cesta básica em março, de -1,3%, ficando a Região Sudeste (-2,4%) com a menor. As oscilações nas outras regiões foram: Centro-Oeste (-1,4%), Sul (-0,4%) e Norte (+0,6%). A cesta do Nordeste apresentou aumentos de preços do tomate (variação de -11,0% e -1,4 p.p.); leite (variação de -5,0% e impacto de -0,3 p.p.); arroz, e farinha (variação de -3,0% e impacto de -0,1 p.p.) e a banana (variação de -1,8% e impacto de -0,1 p.p.). A carne (+0,6%) e a manteiga (+2,2%), são os destaques pelo lado das variações positivas de preços.

A cesta básica mais cara continua a ser a da Região Sudeste (R\$ 622,57), e na sequência, o Sul (R\$ 601,74), Centro-Oeste (R\$ 568,15), Brasil (R\$ 566,52), Norte (R\$ 515,77) e Nordeste (R\$ 480,37), conforme especificado na Tabela 2.

A cesta básica, em março de 2021, subiu em 5 das 17 capitais pesquisadas. Os aumentos mais expressivos ocorreram em **Aracaju** (+5,1%) e **Natal** (+2,8%), seguidas por Curitiba (+0,8%), Belém (+0,6%) e Campo Grande (+0,3%). As maiores deflações ocorreram em **Salvador** (-3,7%), Belo Horizonte (-3,1%) e Rio de Janeiro (-2,7%). As variações nas outras capitais nordestinas foram: **Fortaleza** e João Pessoa (-1,2%, cada) e **Recife** (-1,8%).

No acumulado de 2021, a cesta básica no País caiu -0,6%. Os maiores impactos no índice nacional ocorreram nos preços do tomate (variação de -15,6% e impacto de -1,5 p.p.), arroz, farinha e batata (variação de -19,9% e impacto de -0,7 p.p.), leite (variação de -3,9% e impacto de -0,2 p.p.), e a banana

(variação de -17,8% e impacto de -0,1 p.p.). A carne cresceu +3,8% (impacto de +1,2 p.p.), e o feijão +4,3% (impacto de +0,3 p.p.).

Tabela 2 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Brasil e Regiões – Março 2021

Período	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil	
2020	Jan	415,54	397,38	471,16	514,50	476,20	465,59
	Fev	432,95	418,66	466,50	515,18	470,69	472,22
	Mar	418,80	432,11	474,75	524,20	484,34	479,94
	Abr	434,19	447,14	481,36	552,43	518,80	501,28
	Mai	453,35	433,58	461,57	556,84	525,56	500,16
	Jun	453,86	437,75	462,97	535,25	509,84	490,79
	Jul	440,98	429,98	461,27	518,86	519,95	480,80
	Ago	441,50	432,71	461,20	537,11	517,45	489,30
	Set	459,21	459,60	471,61	563,22	542,50	512,66
	Out	468,22	469,81	508,54	593,55	552,07	534,67
	Nov	486,49	489,70	571,09	629,59	582,61	567,39
	Dez	500,88	489,03	581,45	629,89	578,49	569,94
2021	Jan	507,29	491,44	597,36	653,19	596,62	584,78
	Fev	512,93	486,72	576,25	637,94	604,03	575,63
	Mar	515,77	480,37	568,15	622,57	601,74	566,52
Variação da Cesta Básica (%)							
% mês	0,6	(1,3)	(1,4)	(2,4)	(0,4)	(1,6)	
% Ano	3,0	(1,8)	(2,3)	(1,2)	4,0	(0,6)	
% 12 Meses	23,2	11,2	19,7	18,8	24,2	18,0	

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

As maiores variações no Nordeste (-1,8%), aconteceram no tomate (variação de -25,0 e impacto de -3,2 p.p.), leite (variação de -8,1% e impacto de -0,5 p.p.) e arroz e farinha (variação de -3,8% e impacto de -0,1 p.p.). As variações positivas se concentram na carne (+2,2% e impacto de +0,6 p.p.), pão (variação de +3,3% e impacto de +0,5 p.p.) e na banana (variação de +5,2% e impacto de +0,4 p.p.).

No ano de 2021, apenas duas regiões tiveram impactos positivos em suas cestas básicas: o Sul (+4,0%) e o Norte (+3,0%). A cesta básica do Nordeste (-1,8%) só é superada pelo Centro-Oeste (-2,3%), enquanto o Sudeste variou -1,2%. Em doze meses, o Nordeste tem a menor variação entre as regiões (+11,2%), seguida pelo Sudeste (+18,8%), Centro-Oeste (+19,7%), Norte (+23,2%), Sul (+24,2%) e Brasil (+18,0%). O que se espera é uma redução substancial nos preços dos alimentos básicos, para não impactar de sobremaneira as classes menos abastadas, como foi citado o percentual de quem ganha até três salários mínimos.

Comparando a variação da cesta básica nordestina, com o subgrupo do IPCA nordestino, “Alimentação dentro do domicílio”, a variação no ano seria +1,9%, enquanto no Nordeste, a variação da cesta básica foi -1,8%, muito maior que a variação da cesta básica do Dieese. Conclui-se então, que os extratos mais baixos de renda, em que o orçamento é fortemente impactado pelos preços dos alimentos, estão saindo extremamente beneficiados no ano que iniciou, mas quando se compara com a variação do IPCA, subgrupo alimentação dentro do domicílio, em doze meses no Nordeste (+16,5%), a variação ainda é positiva para a cesta básica, mas o hiato ficou menor.

No acumulado de 2021, **Natal** (+4,1%) e **Aracaju** (+3,5%), ocupam a 2ª e a 3ª maiores inflações entre as 17 capitais. Seguem as outras capitais nordestinas, em ordem decrescente das 17 capitais: **João Pessoa** (+0,7%, 7ª posição), **Recife** (-1,7%, 11ª posição), **Fortaleza** (-3,4%, 15ª posição) e **Salvador** (-3,7%, 16ª posição) (Tabela 3).

Em doze meses, a variação da cesta básica nas capitais nordestinas, ocupa posições das menores variações. A posição mais alta é de **Aracaju** (+20,1%, 8ª posição), seguida por **João Pessoa** (+15,6%, 12ª posição), **Salvador** (+13,0%, 14ª posição), **Natal** (+12,1%, 15ª posição), **Fortaleza** (+8,5%, 16ª posição) e **Recife** (+6,5%, 17ª posição). O destaque é que as menores inflações em doze meses, que são ocupadas por capitais do Nordeste.

Tabela 3 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Nordeste e capitais selecionadas – Março 2021

Capitais/Região	Valor	% - Mês	% - Ano	% - 12 Meses
FORTALEZA	517,05	-1,2	-3,4	8,8
ARACAJU	468,79	5,1	3,5	20,1
JOÃO PESSOA	478,52	-1,2	0,7	15,6
NATAL	477,56	2,8	4,1	12,1
RECIFE	461,33	-1,8	-1,7	6,5
SALVADOR	461,28	-3,7	-3,7	13,0
NORDESTE	480,37	-1,3	-1,8	11,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

O Nordeste teve deflação no primeiro trimestre de 2021, em função das deflações nas capitais Fortaleza (-3,3%), Recife (-1,7%) e Salvador (-3,7%), que em conjunto, têm uma participação relativa de 75,4% no índice regional. A Tabela 4 apresenta as variações nos produtos da cesta básica, e a Tabela 5, apresenta os impactos, em termos de pontos percentuais.

Tabela 4 – Variação (%) dos alimentos da Cesta Básica nas capitais do Nordeste no 1º Trimestre de 2021

Produtos	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Média	Desvio	CV
Carne	4,4	1,7	3,1	3,1	2,6	1,5	2,7	1,1	0,4
Leite	(6,1)	(7,6)	(3,4)	(5,9)	(11,5)	(9,0)	(7,2)	2,8	(0,4)
Feijão	6,0	3,2	3,6	1,1	7,0	5,0	4,3	2,1	0,5
Arroz	4,1	(4,4)	2,8	(0,3)	(5,4)	0,0	(0,5)	3,8	(7,0)
Farinha	0,9	4,8	(4,7)	(1,8)	(1,1)	(7,7)	(1,6)	4,3	(2,7)
Tomate	(10,1)	(28,9)	(3,5)	12,4	(20,7)	(35,5)	(14,4)	17,6	(1,2)
Pão	10,0	1,8	1,7	(4,8)	(2,0)	10,3	2,8	6,2	2,2
Café	15,5	4,9	13,5	4,6	1,3	5,1	7,5	5,7	0,8
Banana	12,6	(2,8)	(7,8)	50,3	9,2	4,9	11,1	20,6	1,9
Açúcar	7,6	0,3	7,9	2,9	7,6	8,2	5,8	3,3	0,6
Óleo	(3,5)	(8,3)	(7,4)	(7,1)	(6,0)	(6,6)	(6,5)	1,7	(0,3)
Manteiga	4,9	4,1	4,6	1,5	3,5	2,0	3,4	1,4	0,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. Desvio: desvio padrão e CV: Coeficiente de variação.

A deflação em Fortaleza, tem como causas principais, as deflações no tomate (-28,9% e impacto de -3,9 p.p.), leite (-7,6% e impacto de -0,4 p.p.), banana (-2,8% e impacto de -0,3 p.p.), o arroz (-4,4% e impacto de -0,2 p.p.) e o óleo de soja (-8,3% e impacto de -0,1 p.p.). Cabe destacar a inflação na carne (+1,7% e impacto de +0,6 p.p.).

No Recife, a deflação é oriunda das variações negativas no tomate (-20,7% e impacto de -2,9 p.p.), leite (-11,5% e impacto de -0,7 p.p.) e o pão (-2,0% e impacto de -0,3 p.p.). A carne (+2,6% e impacto de +0,9 p.p.) e a banana (+9,2% e impacto de 0,9 p.p.) são os destaques positivos.

O tomate (-35,5% e impacto de -5,9%) e o leite (-9,0% e impacto de -0,5 p.p.), são as principais variações negativas em Salvador. Seguem, também, a farinha (-7,7% e impacto de -0,2 p.p.) e o óleo de soja (-6,6% e impacto de -0,1 p.p.).

Tabela 5 – Impactos (p.p.) nas capitais do Nordeste – 1º Trimestre de 2021

Produtos	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Média	Desvio	CV
Carne	1,3	0,6	0,9	1,1	0,9	0,5	0,9	0,3	0,4
Leite	(0,4)	(0,4)	(0,2)	(0,4)	(0,7)	(0,5)	(0,4)	0,2	(0,4)
Feijão	0,4	0,2	0,3	0,1	0,6	0,3	0,3	0,2	0,5
Arroz	0,2	(0,2)	0,1	(0,0)	(0,3)	0,0	(0,0)	0,2	(6,6)
Farinha	0,0	0,1	(0,1)	(0,1)	(0,0)	(0,2)	(0,1)	0,1	(2,4)
Tomate	(1,1)	(3,9)	(0,4)	1,1	(2,9)	(5,9)	(2,2)	2,5	(1,2)
Pão	1,2	0,3	0,2	(0,7)	(0,3)	1,4	0,4	0,8	2,2
Café	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,8
Banana	1,2	(0,3)	(0,6)	2,8	0,7	0,4	0,7	1,2	1,8
Açúcar	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,6
Óleo	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	0,0	(0,3)
Manteiga	0,3	0,3	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. Desvio: desvio padrão e CV: Coeficiente de variação.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste / Etene.